

# 2011

## Relatório e Contas



Centro Hospitalar  
Tondela-Viseu,  
E.P.E.

<b>O CENTRO HOSPITALAR .....</b>	<b>4</b>
HISTÓRIA .....	4
<i>Hospital de Viseu.....</i>	4
O novo Hospital de São Teotónio .....	4
<i>Hospital de Tondela.....</i>	6
<i>O Centro Hospitalar.....</i>	6
ENQUADRAMENTO NA REGIÃO .....	7
<b>GOVERNO DA SOCIEDADE.....</b>	<b>9</b>
MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS GERAIS .....	9
<i>Missão .....</i>	9
<i>Objetivos gerais .....</i>	9
<i>Políticas gerais.....</i>	9
SERVIÇO PÚBLICO, OBJETIVOS E GRAU DE CUMPRIMENTO .....	10
<i>Obrigações de serviço público.....</i>	10
<i>Termos contratuais da prestação de serviço público .....</i>	10
<i>Modelo de financiamento.....</i>	10
<i>Grau de cumprimento dos objetivos de Serviço Público .....</i>	11
<i>Grau de cumprimento da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008.....</i>	12
REGIME JURÍDICO.....	14
<i>Regulamentos externos.....</i>	14
<i>Regulamentos internos.....</i>	14
<i>Atribuições.....</i>	14
TRANSAÇÕES A DIVULGAR .....	15
MODELO DE GOVERNO .....	16
<i>Órgãos Sociais.....</i>	16
De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011.....	16
De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011 .....	17
<i>Organograma .....</i>	18
REMUNERAÇÕES E OUTROS DIREITOS .....	19
<i>Estatuto remuneratório.....</i>	19
De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011.....	20
De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011 .....	20
<i>Remunerações .....</i>	21
De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011.....	21
De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011 .....	23
SUSTENTABILIDADE.....	24
<i>Responsabilidade social e ambiental.....</i>	24
CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO .....	25
CÓDIGO DE ÉTICA .....	27
MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE .....	27
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	28
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	29
<b>GESTÃO DE RISCO .....</b>	<b>30</b>
AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO RISCO FINANCEIRO.....	30
MITIGAÇÃO DO RISCO FINANCEIRO .....	31
REFORÇO DOS CAPITAIS PERMANENTES .....	31
OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA E UTILIZAÇÃO DE AUTO FINANCIAMENTO .....	31
EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO E JUROS SUPORTADOS .....	32

CONTRATAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO .....	32
EFEITO DAS VARIAÇÕES DO JUSTO VALOR DOS CONTRATOS SWAP EM CARTEIRA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	32
<b>OUTRAS DIVULGAÇÕES.....</b>	<b>33</b>
<i>Orientações genéricas sobre negociações salariais .....</i>	<i>33</i>
<i>Prémios de gestão.....</i>	<i>33</i>
<i>Redução remuneratória dos gestores públicos.....</i>	<i>33</i>
<i>Unidade de Tesouraria do Estado .....</i>	<i>33</i>
<i>Imóveis .....</i>	<i>33</i>
<i>Auditor Interno.....</i>	<i>33</i>
<b>ATIVIDADE GLOBAL EM 2011 (ABRI A DEZEMBRO) .....</b>	<b>34</b>
MOVIMENTO ASSISTENCIAL .....	34
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	35
<i>Resultados .....</i>	<i>35</i>
<i>Custos.....</i>	<i>36</i>
<i>Proveitos.....</i>	<i>36</i>
<i>Análise da estrutura.....</i>	<i>37</i>
<i>Indicadores económicos e financeiros.....</i>	<i>38</i>
RECURSOS HUMANOS .....	39
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>41</b>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	41
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>42</b>
BALANÇO.....	43
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	47
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	50
<b>NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>54</b>
NOTA INTRODUTÓRIA .....	55
NOTA 8.1 .....	55
NOTA 8.2.2 .....	56
NOTA 8.2.3 .....	56
NOTA 8.2.6 .....	59
NOTA 8.2.7 .....	59
NOTA 8.2.16 .....	62
NOTA 8.2.17 .....	63
NOTA 8.2.23 .....	63
NOTA 8.2.24 .....	66
NOTA 8.2.26 .....	66
NOTA 8.2.29 .....	66
NOTA 8.2.31 .....	67
NOTA 8.2.32 .....	72
NOTA 8.2.33 .....	73
NOTA 8.2.35 .....	75
NOTA 8.2.37 .....	75
NOTA 8.2.38 .....	77
NOTA 8.2.39 .....	79
<i>Acréscimos e diferimentos.....</i>	<i>79</i>

Acréscimo de proveitos (Ativo).....	79
Custos diferidos (Ativo).....	80
Acréscimos de custos (Passivo).....	80
Proveitos diferidos (Passivo) .....	81
<i>Contrato Programa 2005</i> .....	82
<i>Contrato-programa 2011</i> .....	83
<i>S.I.G.I.C.</i> .....	83
<i>Passivo contingente</i> .....	84
<i>Outras divulgações</i> .....	85

# O Centro Hospitalar

## História

### Hospital de Viseu

O Hospital de Viseu tem um longo percurso histórico, cuja origem remonta ao século XVI.

O primeiro hospital data de 1565 e foi o Hospital das Chagas, pertencente à Misericórdia, o qual entre 1758 e 1760 foi reedificado e ampliado.

No final do século XVIII a Santa Casa, em face dos recursos disponíveis e da pequena dimensão do hospital, resolveu edificar um outro mais novo. A primeira pedra foi lançada no dia 29 de Março de 1793. A construção correu lentamente e esteve alguns anos suspensa por falta de dinheiro e por causa da Guerra da Península e guerras civis posteriores. A construção, daquele que é considerado o primeiro edifício de Viseu, pela sua vastidão, majestade e solidez, prolongou-se por 49 anos, tendo as despesas ascendido a 185.482.206 reis. O Hospital recebeu os primeiros doentes em 1842 estando ainda inacabado.



Ilustração 1 – O hospital velho

### O novo Hospital de São Teotónio

Atualmente o Hospital de Viseu funciona num edifício moderno cuja abertura se deu em 14 de Julho de 1997 e está localizado na freguesia de Santa Maria de Viseu.

O edifício principal do hospital ocupa uma área de implantação de 21.000 m<sup>2</sup> e a volumetria atingida separa, claramente, a área do pódio da área do corpo vertical de internamento.

A entrada no recinto do Hospital, que é totalmente vedado, faz-se por intermédio de duas portarias, uma principal para acesso a doentes, pessoal e visitas e uma secundária para o serviço de abastecimentos e de saídas de funerários.

O espaço envolvente do edifício é preenchido com zonas ajardinadas, passeios, estacionamento, arruamentos e um Heliporto. As áreas ajardinadas englobam os relvados, zonas herbáceas de revestimento e arbustos, áreas dotadas de rega automática por aspersão. As árvores dispersas por toda a envolvente estão dotadas de rega automática gota a gota. O número total de lugares de



Ilustração 2 – O hospital novo

estacionamento é de 1160, dos quais 85 ficam situados no piso 0 do edifício, e os restantes distribuídos, estrategicamente, junto das várias entradas do Hospital, estando definidos percursos pedonais nas ligações entre estacionamento e as diversas entradas no Hospital.

Uma rede principal de arruamentos dá acesso às urgências, admissão de doentes e entrada principal. Uma rede secundária dá acesso à cozinha, farmácia, aprovisionamento, zona industrial e casa mortuária. Há ainda uma rede terciária para acesso às zonas de estacionamento. Todos estes arruamentos estão dotados de sinalização vertical de aproximação, de orientação de trânsito e de sinalização horizontal, constituída por setas no pavimento e passareiras para peões.



**Ilustração 3 – Panorâmica do Hospital de São Teotónio**

O compromisso de preservação deste património tem sido assegurado ao longo dos anos, assim, em 2004, no âmbito do Programa Conforto, cujo objetivo foi o de avaliar e propor intervenções às condições de conforto nas zonas públicas<sup>1</sup> dos hospitais Sociedade Anónima, o Hospital de São Teotónio obteve, numa escala de 0 a 5, a classificação de 4,15.



**Ilustração 5 – Átrio do Hospital**



**Ilustração 4 – Unidade Cuidados Intensivos**



**Ilustração 6 - Auditório**



**Ilustração 7 – Bloco operatório**

<sup>1</sup> Envolvente exterior (estacionamentos, zonas verdes e zonas pedonais), hall de entrada, salas de espera e respectivas instalações sanitárias.

## Hospital de Tondela

No ano de 1897 foi constituída a Sociedade de Beneficência de Tondela com o fim de fundar e sustentar um Hospital destinado ao tratamento de doentes pobres do concelho, o qual ficou concluído em 1915, 18 anos mais tarde.

Posteriormente, em 1952, essa mesma sociedade entregou a gestão do Hospital à Santa Casa da Misericórdia de Tondela, a qual verificou que o Hospital não tinha capacidade suficiente nem condições técnicas satisfatórias, pelo que optou pela construção de um novo Hospital, o qual veio a ser inaugurado em 4 de Setembro de 1955.



Ilustração 9 – Hospital Cândido Figueiredo



Ilustração 8 – Hospital Cândido Figueiredo (benfeitorias)

Atualmente, o Hospital de Tondela designado por Hospital de Cândido de Figueiredo (nome do Filólogo e Mestre de Língua Portuguesa, natural de uma aldeia do Concelho) por entendimento do governo, mantém-se nas mesmas instalações, apesar das várias remodelações e ampliações que foram realizadas.

## O Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar foi criado pelo Decreto-Lei n.º 30/2011 de 2 de Março, com a designação de Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E., por fusão do Hospital de São Teotónio, E.P.E. e do Hospital de Cândido de Figueiredo.

O Centro Hospitalar sucedeu em todos os direitos e obrigações aos Hospitais que lhe deram origem.



Quadro 1 - Área de influência do Centro Hospitalar e respetiva evolução demográfica

	2000	2003	2005	2007	2010
<b>Concelhos</b>					
Moimenta da Beira	10.985	11.031	11.044	10.985	10.845
Penedono	3.418	3.401	3.367	3.322	3.226
Sernancelhe	6.189	6.167	6.133	6.060	5.928
Aguiar da Beira	6.180	6.268	6.273	6.225	6.062
Carregal do Sal	10.293	10.490	10.603	10.633	10.577
Castro Daire	16.802	16.836	16.768	16.618	16.248
Mangualde	20.733	21.029	21.206	21.220	21.083
Nelas	14.103	14.387	14.593	14.719	14.718
Oliveira de Frades	10.455	10.552	10.618	10.630	10.609
Penalva do Castelo	8.921	8.799	8.709	8.571	8.260
Santa Comba Dão	12.317	12.424	12.369	12.310	12.134
São Pedro do Sul	18.833	19.125	19.283	19.224	19.173
Sátão	12.985	13.342	13.481	13.556	13.462
Tondela	30.786	31.002	31.047	30.852	30.325
Vila Nova de Paiva	6.037	6.286	6.349	6.399	6.391
Viseu	92.123	95.842	97.601	98.619	99.737
Vouzela	11.786	11.810	11.788	11.723	11.500
<b>Total</b>	<b>292.946</b>	<b>298.791</b>	<b>301.232</b>	<b>301.666</b>	<b>300.278</b>

Fonte: I.N.E.

Quadro 2 - Estrutura etária e índice de envelhecimento da área de influência do Centro Hospitalar

	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+65 anos	Índice de Envelhecimento
<b>Concelhos</b>					
Moimenta da Beira	1.490	1.344	5.792	2.219	149%
Penedono	378	357	1.708	783	207%
Sernancelhe	713	681	3.162	1.372	192%
Aguiar da Beira	659	738	3.266	1.399	212%
Carregal do Sal	1.385	1.287	5.526	2.379	172%
Castro Daire	1.998	1.967	8.352	3.931	197%
Mangualde	2.767	2.440	11.351	4.525	164%
Nelas	1.917	1.534	7.955	3.312	173%
Oliveira de Frades	1.534	1.314	5.619	2.142	140%
Penalva do Castelo	1.023	948	4.315	1.974	193%
Santa Comba Dão	1.540	1.282	6.597	2.715	176%
São Pedro do Sul	2.276	2.256	10.173	4.468	196%
Sátão	1.807	1.704	7.245	2.706	150%
Tondela	3.434	3.310	16.063	7.518	219%
Vila Nova de Paiva	766	843	3.376	1.406	184%
Viseu	15.618	11.453	55.166	17.500	112%
Vouzela	1.359	1.230	6.048	2.863	211%
<b>Total</b>	<b>40.664</b>	<b>34.688</b>	<b>161.714</b>	<b>63.212</b>	<b>155%</b>
<b>Portugal</b>					<b>118%</b>

Fonte: I.N.E.

# Governo da Sociedade

---

## Missão, objetivos e políticas gerais

### Missão

A missão do Centro Hospitalar é prestar cuidados de saúde diferenciados, em articulação com os cuidados de saúde primários e com os hospitais integrados na rede do Serviço Nacional de Saúde, com qualidade e eficiência elevados.

Ao Centro Hospitalar compete, ainda, colaborar na promoção da saúde, no ensino, na investigação e no desenvolvimento científico e tecnológico, procurando assegurar a cada doente os cuidados que correspondam à sua necessidade.

### Objetivos gerais

No âmbito da sua atuação, o Centro Hospitalar visa prosseguir uma atitude centrada no doente e na promoção da saúde na comunidade, bem como a prestação de cuidados de saúde com qualidade, eficácia e eficiência, num quadro de desenvolvimento económico e financeiro sustentável.

### Políticas gerais

Atuação orientada pela sustentabilidade económica e financeira, considerado esteio principal para a continuidade da promoção e acessibilidade aos cuidados de saúde a médio e longo prazo.

Manutenção da política de consolidação do Hospital Central com o apetrechamento dos Serviços, com aproveitamento de espaços, beneficiação e conservação, modernização e atualização de equipamentos e introdução de novas técnicas e novas unidades funcionais.

Assunção da responsabilidade social do Hospital na promoção de saúde e na articulação de cuidados, no cumprimento dos normativos legais e na garantia de segurança para doentes e profissionais, na gestão do risco clínico e não clínico e na responsabilidade ambiental exemplar.

Potenciar a excelência de atividades, na eficácia dos cuidados a custo razoáveis, na prestação de serviços e cuidados em tempo oportuno, na avaliação da satisfação de todos os utentes e profissionais, na eficiência e sustentabilidade dos resultados e dos ganhos em saúde.

## Serviço Público, objetivos e grau de cumprimento

### Obrigações de serviço público

As obrigações de serviço público são todas as que resultem da legislação aplicável.

São de basilar importância, neste âmbito, as obrigações consagradas pela Constituição da República Portuguesa, as decorrentes da Lei de bases da Saúde e as previstas pelo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (S.N.S.).

### Termos contratuais da prestação de serviço público

Os termos contratuais da prestação de serviço público para os beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, excetuando-se os cuidados prestados a utentes beneficiários dos serviços de saúde das Regiões Autónomas, de subsistemas privados e de quaisquer terceiros legal ou contratualmente responsáveis, são estabelecidos por contrato-programa.

Na sequência das orientações decorrentes do Orçamento de Estado para 2010 em matéria de relações financeiras entre as instituições e serviços integrados no S.N.S. e os subsistemas públicos da A.D.S.E., da S.A.D. G.N.R. e P.S.P. e da A.D.M. das Forças Armadas, os utentes destes subsistemas públicos passaram a ser considerados como beneficiários do S.N.S. para efeitos de pagamento do contrato-programa.

As prestações de saúde que devam ser cobradas aos subsistemas de saúde, não abrangidos pelo contrato-programa, cujos beneficiários destas usufruam, bem como a quaisquer entidades responsáveis pelos respetivos encargos, encontram-se contratualmente definidas pelo Regulamento das Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde (Portaria n.º 132/2009 de 30 de Janeiro do Ministério da Saúde, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 839-A/2009 de 31 de Julho do Ministério da Saúde).

Os termos contratuais relativos às taxas moderadoras para acesso às prestações de serviços, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, são os estabelecidos pela Portaria n.º 1320/2010 de 28 de Dezembro do Ministério da Saúde e Decreto-Lei n.º 173/2003 de 1 de Agosto.

### Modelo de financiamento

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. é financiado nos termos da base XXXIII da Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90 de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002 de 8 de Novembro).

O endividamento do Hospital não pode exceder, em qualquer momento, o limite de 30% do respetivo capital estatutário.

O pagamento dos atos e atividades do Hospital pelo Estado é feito através de contrato-programa a celebrar com o Ministério da Saúde e tem como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos.

## Grau de cumprimento dos objetivos de Serviço Público

O grau de cumprimento dos objetivos quantitativos estabelecidos no contrato-programa e decorrentes das obrigações de serviço público foi de 98,9%.

**Quadro 3 - Grau de cumprimento dos objetivos quantitativos de Serviço Público**

	Contrato Programa		Desvio		Cumprimento
	Quantidade	Valor (€)	Quantidade	Valor (€)	(%)
<b>Consultas externas</b>					
N.º de primeiras consultas médicas	47.854	5.584.083	+197	+3.448	100,1%
N.º de consultas médicas subsequentes	108.512	11.510.953	+1.518	+24.154	100,2%
<b>Internamento</b>					
Doentes equivalentes					
GDH médicos	11.330	19.995.942	-41	-72.076	99,6%
GDH cirúrgicos	3.014	9.534.126	-30	-94.642	99,0%
GDH cirúrgicos urgentes	2.620	8.287.794	-181	-574.010	93,1%
Dias de internam. de doentes crónicos					
Medicina física e de reabilitação	1.762	435.302	-205	-50.645	88,4%
Psiquiatria crónicos	0	0	0	0	
<b>Episódios de GDH de ambulatório</b>					
GDH cirúrgicos	2.619	3.122.627	0	0	100,0%
GDH médicos	2.208	792.368	+713	+76.258	109,6%
<b>Urgências</b>					
Atendimentos	114.657	13.066.965	-173	-14.011	99,9%
<b>Sessões em hospital de dia</b>					
Hematologia	755	266.930	-163	-57.628	78,4%
Imuno-hemoterapia	186	65.760	+2	+106	100,2%
Infecciologia	0	0	+0	+0	
Psiquiatria	170	6.244	+833	+94	101,5%
Outros	37.973	921.225	+506	+1.841	100,2%
<b>Diálise</b>					
Hemodiálise (semana/doente)	1.105	605.474	-144	-102.616	83,1%
Diálise Peritoneal (semana/doente)	23	481.922	+2	+6.282	101,3%
<b>IG até 10 semanas</b>					
Medicamentosa	275	93.775	-275	-93.775	0,0%
Cirúrgica	3	1.332	-3	-1.332	0,0%
<b>Diagnóstico pré-natal</b>					
Protocolo I	1.185	49.533	-1.185	-49.533	0,0%
Protocolo II	440	31.790	-440	-31.790	0,0%
<b>Serviços domiciliários</b>					
Visitas domiciliárias	5.292	219.777	-897	-44.548	79,7%
<b>Produção adicional S.I.G.I.C.</b>					
GDH cirúrgicos (internamento)			+0	+0	
GDH cirúrgicos (ambulatório)			+313	+195.647	
<b>Outros</b>					
Medicamentos		862.090	+0	+0	100%
Internos		685.694	+0	+0	100%
		<b>76.621.707</b>		<b>-878.777</b>	<b>98,9%</b>

Relativamente ao grau de cumprimento dos objetivos de qualidade e eficiência estabelecido no contrato-programa e decorrentes das obrigações de serviço público, o mesmo situou-se nos 66,7%.

### **Grau de cumprimento da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 (R.C.M. n.º 34/2008) aprovou o Programa “Pagar a Tempo e Horas” definindo como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, municípios e empresas públicas, nas quais estão incluídas os Hospitais E.P.E.

A Resolução n.º 34/2008 define, também, o grau de cumprimento do objetivo associado ao Programa Pagar a Tempo e Horas, estabelecendo que para as entidades com prazos médios de pagamento do ano anterior superiores ou iguais a 45 dias o objetivo de redução do prazo médio de pagamento (P.M.P.) é cumprido se a redução se situar entre os 15% a 25%, não cumprido se a redução do P.M.P. for inferior a 15% ou inexistente e superando se a redução for superior a 25%.

O indicador do P.M.P. a fornecedores foi redefinido pela Despacho n.º 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Em 31 de Dezembro de 2011 o P.M.P. do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. foi de 107 dias.

Para efeitos da divulgação do prazo médio de pagamentos e dado que o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. ter iniciado a sua atividade em 1 de Abril de 2011, considerou-se o somatório dos valores do Hospital de São Teotónio, E.P.E. e do Hospital Cândido de Figueiredo desde 2007.

,

Quadro 4 - Evolução do P.M.P.

Código POCMS	DF = Dívidas a Fornecedores+B27	Saldo das contas: 31-Dez-07	Saldo das contas: 31-Dez-08	Saldo das contas: 31-Dez-09	Saldo das contas: 31-Dez-10	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11	Saldo das contas: 30-Sep-11	Saldo das contas: 31-Dez-11
em euros									
<b>Saldo das Contas:</b>									
22 Fornecedores		9.231.498	10.376.990	13.963.753	12.054.441	10.236.040	10.966.810	12.597.229	14.489.603
261 Fornecedores de Imobilizado		1.591.267	910.732	2.247.897	1.056.447	758.410	631.424	721.069	533.083
267 Consultores, assessores e intermediários									
2685/6/7 Credores por reemb. a utentes, acordos com conv. e honor. clínicos									
2687 Credores p/ honorários Clínicos		19.930	19.930	19.930	18.344	18.344	25.142	32.313	33.936
2688 Outros Credores diversos		9.476.453	10.101.468	10.724.437	11.025.549	11.181.136	11.224.747	11.345.594	12.148.196
2689 Outros Devedores e Credores Diversos		181.813	159.546	43.206	1.388.507	793	0	0	0
<b>252 Credores pela Execução do Orçamento</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total 1</b>		<b>20.500.961</b>	<b>21.568.666</b>	<b>26.999.222</b>	<b>25.543.289</b>	<b>22.194.723</b>	<b>22.848.123</b>	<b>24.696.206</b>	<b>27.204.818</b>
26881 Instituições do Estado		9.436.499	10.051.702	10.707.046	11.007.380	11.152.952	11.196.563	11.317.161	12.125.317
<b>Total 2 DF = (dívidas a Fornecedores)</b>		<b>11.064.462</b>	<b>11.516.964</b>	<b>16.292.176</b>	<b>14.535.908</b>	<b>11.041.771</b>	<b>11.651.560</b>	<b>13.379.045</b>	<b>15.079.501</b>
Código POCMS	A = Aquisições	Saldo das contas: 31-Dez-07	Saldo das contas: 31-Dez-08	Saldo das contas: 31-Dez-09	Saldo das contas: 31-Dez-10	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11	Saldo das contas: 30-Sep-11	Saldo das contas: 31-Dez-11
<b>Valores Acumulados:</b>									
31 Compras (deduzidas das devoluções, descontos e abatim)		23.366.631	26.451.360	26.093.812	26.405.002	8.125.134	15.084.116	22.252.512	28.281.795
62 Fornecimentos e Serviços Externos		12.066.810	13.118.804	14.388.868	14.361.308	3.812.981	7.425.092	11.228.861	15.544.786
<b>Valores acum. para o ano (aquisições do próprio ano):</b>									
42 Imobilizações Corpóreas		2.770.739	4.549.775	3.017.403	2.294.913	324.010	475.132	935.183	1.103.138
442 Imobilizado em Curso de Imob. Corpóreo		0	0	317.676	873.469	0	0	0	0
445 Imob.em curso de bens de domínio público									
45 Bens de Domínio Público									
<b>Total 3</b>		<b>38.204.179</b>	<b>44.119.939</b>	<b>43.817.760</b>	<b>43.934.693</b>	<b>12.262.125</b>	<b>22.984.340</b>	<b>34.416.557</b>	<b>44.929.719</b>
62181 Saldo da conta Trabalhos Exec. no Exterior em entidades		692.833	773.022	1.340.458	933.589	251.644	483.375	717.113	1.369.825
<b>Total 4 A = Aquisições</b>		<b>37.511.346</b>	<b>43.346.917</b>	<b>42.477.301</b>	<b>43.001.103</b>	<b>12.010.481</b>	<b>22.500.965</b>	<b>33.699.443</b>	<b>43.559.894</b>
Antiguidade da Dívida	DF = Dívidas a Fornecedores A = Aquisições	108	97	140	123	84	95	109	126
		4T 2007	4T 2008	4T 2009	4T 2010	1T 2011	2T 2011	3T 2011	4T 2011
Dívidas a Fornecedores		11.064.462	11.516.964	16.292.176	14.535.908	11.041.771	11.651.560	13.379.045	15.079.501
Aquisições Trimestrais		10.247.975	12.712.923	11.983.574	10.440.355	12.010.481	10.490.484	11.198.478	9.860.451
PMP Ponderado	Média das Dívidas a Fornecedores Somatório das Aquisições Trimestrais	201	135	111	92	91	96	105	107

## Regime jurídico

### Regulamentos externos

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro e respetivos Estatutos.

Foi criado pelo Decreto-lei n.º 30/2011 de 2 de Março e resultou da fusão do Hospital de São Teotónio, E.P.E. e do Hospital de Cândido de Figueiredo

De acordo com a sua natureza e regime jurídico, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, está englobado no Sector Empresarial do Estado (S.E.E.), o qual compreende todas as entidades públicas constituídas sob a forma empresarial, juridicamente enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto.

Em suma, em termos jurídicos, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. rege-se pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e respetivos Estatutos, pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado previsto no Decreto-Lei n.º 588/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto, complementado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008 de 27 de Março, pelos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do estado constantes do anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, pela Lei n.º 27/2002 (Regime Jurídico da Gestão Hospitalar), pela Lei 48/90 (Lei de Bases da Saúde) e demais normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde não contrárias ao diploma legal que estabelece a sua especial regulamentação.

### Regulamentos internos

O regulamento interno do Centro Hospitalar encontra-se em fase de elaboração, visando constituir um documento definidor da orgânica e regime de funcionamento do Centro Hospitalar, cujo teor consagra nomeadamente, as suas disposições gerais, os órgãos, os níveis intermédios de gestão, o funcionamento, os recursos e as garantias.

### Atribuições

O Centro Hospitalar de acordo com a legislação em vigor, pode ceder a exploração de serviços hospitalares, constituir associações com outras entidades públicas para melhor prossecução das atribuições dos Hospitais E.P.E., participar em sociedades anónimas que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde, com capital social maioritariamente detido por Hospitais E.P.E. e participar no capital social de outras sociedades nos termos legais.

Conforme o artigo 3.º dos Estatutos em anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, as atribuições dos Hospitais E.P.E. são fixadas de acordo com a política de saúde a nível nacional e regional e com os planos estratégicos superiormente aprovados e são desenvolvidas através de contratos-programa, em articulação com as atribuições das demais instituições do sistema de saúde.

## Transações a divulgar

Os procedimentos adotados em matéria de bens e serviços pelo Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. são orientados por princípios de economia e eficácia com vista a assegurar a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.

Neste âmbito divulgam-se as seguintes normas e procedimentos adotados:

A contratação da locação ou aquisição de bens e serviços rege-se pelas normas de direito privado, sem prejuízo da aplicação das diretivas comunitárias e do regime do direito comunitário relativo à contratação pública;

Os processos de aquisição e contratação devem garantir o cumprimento dos princípios da publicidade, da livre concorrência e da não discriminação, da qualidade e da economicidade, de modo a alcançar a melhor gestão dos meios disponíveis, o valor em causa e a urgência na locação ou aquisição; e

A contratação de empreitadas de obras públicas rege-se pelas normas do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março.

As transações com fornecedores que representaram mais de 5% do total dos fornecimentos de bens e de serviços externos e cuja percentagem correspondeu a mais de 1 milhão de euros foram as efetuadas com o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (S.U.C.H.) (N.I.F. 500900469).

As transações realizadas com o S.U.C.H. corresponderam na sua larga maioria a fornecimentos de serviços, dos quais se destacam o fornecimento de serviços especializados no âmbito da alimentação, lavandaria, tratamento de resíduos e central térmica.

### Quadro 5 – Transações relevantes com outras entidades

Designação	Valor (€)	Quota (%)
<b>Transações relevantes</b>		
<b>Fornecimento de bens de consumo, investimento e fornecimento de serviços</b>		
S.U.C.H.	4.660.767,35	14,1%

## Modelo de Governo

Os órgãos sociais do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. são constituídos pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único.

## Órgãos Sociais

### De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011

Órgãos Sociais em gestão corrente conforme o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 30/2011 de 2 de Março.

#### Quadro 6 – Modelo de Governo no exercício de 2011 (em gestão corrente)

Órgãos Sociais	Cargo	Eleição	Mandato
Unidade de Viseu			
Conselho de Administração			
Alexandre José dos Santos Ribeiro	Presidente		
José Alberto Ventura da Cruz Martins	Vogal	Despacho conjunto n.º 10546/2009 de 16 de Abril, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2009	Triénio 2009 a 2011. Número 4 do artigo 6.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro (3 anos e renovável por iguais períodos)
Cílio Pereira Correia	Vogal (Director Clínico)		
José Luís Gomes	Vogal (Enfermeiro. Director)		
Fiscal Único			
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, S.R.O.C.	Efetivo	Despacho do Ministério das Finanças e da Administração pública n.º10650/2009 de 9 de Abril, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2009	Triénio 2009 a 2011. Número 2 do artigo 15.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro (3 anos, segunda e última renovação)
Jorge Silva, Vítor, Neto, Fernandes & Associados, S.R.O.C.	Suplente		
Unidade de Tondela			
Conselho de Administração			
Cílio Pereira Correia	Presidente Diretor Clínico	Despacho n.º 21 391/2007 de 30 de Agosto	
Fernando José Andrade Ferreira de Almeida	Vogal	Despacho n.º 21 390/2007 de 28 de Agosto	
Sara Maria da Silva Ribeiro Lopes	Vogal (Enfermeira. Diretora)	Despacho n.º 28684/2007 de 20 de Novembro	

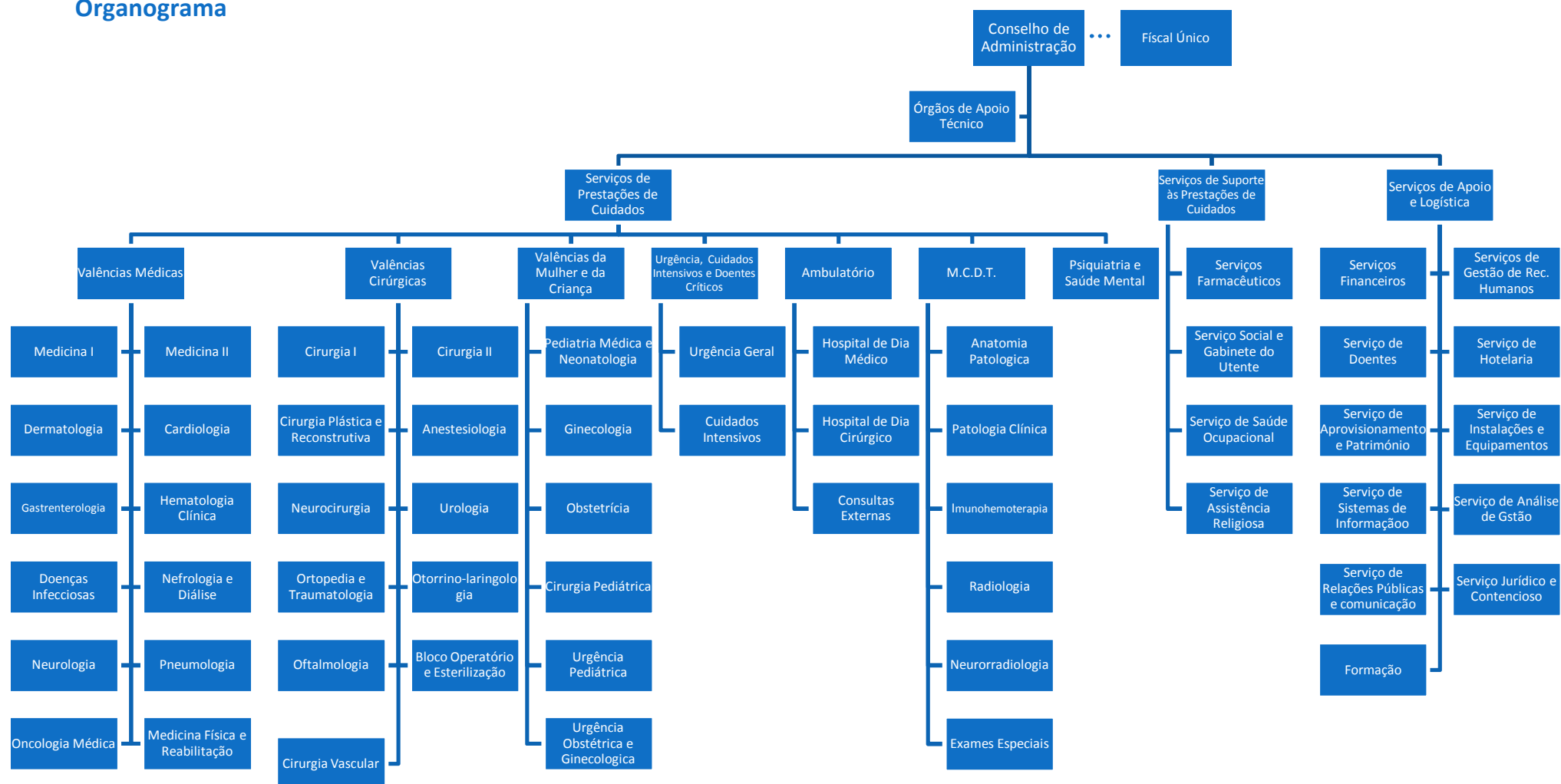
### De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011

Órgãos Sociais nomeados para o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. pelo Despacho n.º 16044/2011 de 16 de Novembro de 2011 do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde.

**Quadro 7 – Modelo de Governo no exercício de 2011 (nomeados)**

Órgãos Sociais	Cargo	Eleição	Mandato
<b>Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.</b>			
<b>Conselho de Administração</b>			
Carlos Fernando Ermida Rebelo	Presidente		
Alexandra Maria da Cunha Vilar Guedes Estrada	Vogal (Diretora Clínica)		
Maria Cassilda Pereira das Neves	Vogal (Enfermeira Diretora)	Despacho conjunto n.º 16044/2011 de 16 de Novembro, com efeitos a 21 de Novembro	Período de 3 anos
Rui Manuel Lopes de Melo	Vogal		
Ruben Manuel Antunes Tavares	Vogal		
<b>Fiscal Único</b>			
Cruz, Cunha, Campos & Associados, S.R.O.C.	Efetivo	Despacho da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças n.º 349/2012 de 22 de Março	Triénio 2011 a 2013.
Armando Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, S.R.O.C.	Suplente		

## Organograma



Organograma do Hospital de São Teotónio, E.P.E.

## Remunerações e outros direitos

### Estatuto remuneratório

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada por Despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde e varia em função da complexidade de gestão, conforme disposto no número 2 do artigo 13.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro e conforme, também, com o disposto no número 2 do artigo 28.º do Decreto-lei n.º 71/2007 (Estatuto do Gestor Público) com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008.

O estatuto remuneratório do Fiscal Único é o estabelecido no número 5 do artigo 15.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro concomitantemente com o Despacho n.º 10650/2009 de 9 de Abril do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o qual determina uma remuneração ilíquida equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração.

## De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011

Quadro 8 – Remunerações mensais dos membros do Conselho de Administração da Unidade de Viseu

Designação	Presidente	Vogal	Vogal (Director Clínico)	Vogal (Enfermeiro Director)
	Alexandre José dos Santos Ribeiro	José Alberto Ventura da Cruz Martins	Cílio Pereira Correia	José Luís Gomes
<b>Remuneração</b>	€	€	€	€
Remuneração base mensal ilíquida	4.752,55	4.204,18	4.204,18	4.204,18
Número de meses	14	14	14	14
Despesas de representação mensais	1.663,39	1.261,25	1.261,25	1.265,25
Número de meses	12	12	12	12

Quadro 9 – Remunerações mensais dos membros do Conselho de Administração da Unidade de Tondela

Designação	Presidente	Vogal	Vogal (Enfermeira Diretora)
	Cílio Pereira Correia	Fernando José Andrade Ferreira de Almeida	Sara Maria da Silva Ribeiro Lopes
<b>Remuneração</b>	€	€	€
Remuneração base mensal ilíquida		2.613,84	2.845,43
Número de meses		14	14
Despesas de representação mensais		506,19	505,28
Número de meses		12	12

## De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011

Quadro 10 – Remunerações mensais dos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

Designação	Presidente	Voga (Diretora Clínica)	Vogal (Enferm. Diretora)	Vogal	Vogal
	Carlos Fernando Ermida Rebelo	Alexandra Maria da Cunha Vilar Guedes Estrada	Maria Cassilda Pereira das Neves	Rui Manuel Lopes de Melo	Ruben Manuel Antunes Tavares
<b>Remuneração</b>					
Remuneração base mensal ilíquida	6.178,32	5.282,25	5.282,25	5.282,25	5.282,25
Número de meses	14	14	14	14	14
Despesas de representação mensais					
Número de meses					

## Remunerações

De 1 de Abril a 20 de Novembro de 2011

Quadro 11 - Remunerações anuais e outros direitos dos membros do Conselho de Administração da Unidade de Viseu

Designação	Presidente	Vogal	Vogal (Diretor Clínico)	Vogal (Enfermeiro Diretor)
	Alexandre José dos Santos Ribeiro	José Alberto Ventura da Cruz Martins	Cílio Pereira Correia	José Luís Gomes
<b>Remuneração</b>	€	€	€	€
Remuneração base/fixa	42.772,95	37.837,62	37.837,62	37.837,62
Redução decorrente da Lei 12-A/2010	2.138,67	1.891,89	1.891,89	1.891,89
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	4.063,41	3.594,60	3.594,60	3.594,60
Remuneração anual efetiva	36.570,87	32.351,13	32.351,13	32.351,13
Despesas de representação	14.970,51	11.351,25	11.351,25	11.351,25
<b>Outras regalias e compensações</b>				
Gastos de utiliz. de telefones	Não	Não	Não	Não
Subsídio de deslocação	Não	Não	Não	Não
Subsídio de refeição	807,03	807,03	807,03	807,03
<b>Encargos com benefícios sociais</b>				
Regime convencionado	3.701,61	4.099,77	5.600,16	4.158,45
Seguros de saúde e de vida	Não	Não	Não	Não
Outros				
<b>Parque automóvel</b>				
Marca, modelo, matrícula	Não	Não	Não	Não
Valor de aquisição da viatura	Não	Não	Não	Não
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	Não	Não	Não	Não
Valor do combustível gasto	Não	Não	Não	Não
Outros				
<b>Informações adicionais</b>				
Opção pelo vencimento de origem	Não	Não	Não	Não
Regime convencionado	C.G.A.	C.G.A.	C.G.A.	C.G.A.
Exercício de funções remuneradas fora grupo (MS)	Não	Não	Não	Não
Outras	Não	Não	Não	Não

**Quadro 12 - Remunerações anuais e outros direitos dos membros do Conselho de Administração da Unidade de Tondela**

Designação	Presidente	Vogal	Vogal (Enfermeiro Diretor)
	Cílio Pereira Correia	Fernando José Andrade Ferreira de Almeida	Sara Maria da Silva Ribeiro Lopes
<b>Remuneração</b>	€	€	€
Remuneração base/fixa		23.524,56	25.608,87
Redução decorrente da Lei 12-A/2010		1.138,95	1.129,95
Redução decorrente da Lei 55-A/2010		1.712,52	2.018,89
Remuneração anual efetiva		20.673,09	22.460,03
Despesas de representação		4.555,71	4.555,71
<b>Outras regalias e compensações</b>			
Gastos de utiliz. de telefones		Não	Não
Subsídio de deslocação		Não	Não
Subsídio de refeição		807,03	807,03
<b>Encargos com benefícios sociais</b>			
Regime convencionado		3.684,42	3.990,60
Seguros de saúde e de vida		Não	Não
Outros			
<b>Parque automóvel</b>			
Marca, modelo, matrícula		Não	Não
Valor de aquisição da viatura		Não	Não
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		Não	Não
Valor do combustível gasto		Não	Não
Outros			
<b>Informações adicionais</b>			
Opção pelo vencimento de origem		Sim	Sim
Regime convencionado		C.G.A.	C.G.A.
Exercício de funções remuneradas fora grupo (MS)		Não	Não
Outras		Não	Não

**Quadro 13 - Remuneração anual do Fiscal Único**

Designação	Fiscal Único
	A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo
<b>Remuneração</b>	€
Remuneração	13.152,69
(inclui I.V.A. à taxa legal em vigor)	

## De 21 de Novembro a 31 de Dezembro de 2011

Quadro 14 - Remunerações anuais e outros direitos dos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

Designação	Presidente	Vogal (Diretora Clínica)	Vogal (Enfermeira Diretora)	Vogal	Vogal
	Carlos Fernando Ermida Rebelo	Alexandra Maria da Cunha Vilar Guedes Estrada	Maria Cassilda Pereira das Neves	Rui Manuel Lopes de Melo	Ruben Manuel Antunes Tavares
<b>Remuneração</b>	€	€	€		€
Remuneração base/fixa	6.178,32	5.285,25	5.285,25	5.285,25	5.285,25
Redução decorrente da Lei 12-A/2010	308,90	264,25	264,25	264,25	264,25
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	586,94	502,10	502,10	502,10	502,10
Remuneração anual efetiva	5.282,48	4.518,90	4.518,90	4.518,90	4.518,90
Despesas de representação					
<b>Outras regalias e compensações</b>					
Gastos de utiliz. de telefones	27,00	19,00	14,00	143,00	75,00
Subsídio de deslocação	Não	Não	Não	Não	Não
Subsídio de refeição	85,40	85,40	85,40	85,40	85,40
<b>Encargos com benefícios sociais</b>					
Regime convencionado	660,78	679,36	474,73	1.430,98	386,90
Seguros de saúde e de vida	Não	Não	Não	Não	Não
Outros					
<b>Parque automóvel</b>					
Marca, modelo, matrícula	Não	Não	Não	Não	Não
Valor de aquisição da viatura	Não	Não	Não	Não	Não
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	Não	Não	Não	Não	Não
Valor do combustível gasto	Não	Não	Não	Não	Não
Outros					
<b>Informações adicionais</b>					
Opção pelo vencimento de origem	Não	Não	Não	Não	Não
Regime convencionado	C.G.A.	C.G.A.	C.G.A.	Segurança Social	C.G.A.
Exercício de funções remuneradas fora grupo (MS)	Não	Não	Não	Não	Não
Outras	Não	Não	Não	Não	Não

## Sustentabilidade

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. reforça a sua posição na comunidade pela oferta de cuidados de saúde que disponibiliza à população, os quais apresentam, também, uma elevada diferenciação técnica. Esta oferta diferenciada é sustentada pela captação dos recursos necessários à prossecução da missão do Centro Hospitalar “prestar cuidados de saúde diferenciados, em articulação com os cuidados de saúde primários e com os hospitais integrados na rede do Serviço Nacional de Saúde, com qualidade e eficiência elevados” e, sempre alicerçada pelo desempenho económico-financeiro relevante do exercício.

Por conseguinte, a ação do Centro Hospitalar encontra-se englobada numa política de modernização e de defesa do Serviço Nacional de Saúde, conducente à sustentabilidade do próprio Serviço Nacional de Saúde, garante do futuro de uma sociedade evoluída e justa.

Realçamos que a sustentabilidade, a médio e longo prazo, da promoção da oferta de cuidados de saúde, e sua crescente diferenciação, só é concretizável mediante o sustentáculo económico-financeiro de um desempenho eficiente na gestão da atividade do Centro Hospitalar, conducentes a resultados operacionais positivos, que permitam a criação de valor e seu reinvestimento.

Todavia, a implementação de novos modelos de financiamento hospitalar ainda mais restritivos, afastando-se cada vez mais do princípio de produção realizada produção paga, poderão fazer perigar a longo prazo a sustentabilidade económica e financeira do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

## Responsabilidade social e ambiental

Ao nível social a atuação do Centro Hospitalar é ancorada em princípios de igualdade de direitos e de dignidade humana, cujo reflexo, ao nível dos recursos humanos, se traduz pela defesa da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminação de discriminações, promoção do respeito e integridade entre os seus profissionais e acesso a aperfeiçoamento técnico por parte dos mesmos.

A sustentabilidade social promovida pelo Centro Hospitalar, E.P.E. é visível ao nível de todo o Distrito de Viseu, sendo o maior empregador do Distrito.

Ao nível ambiental a atuação do Centro Hospitalar assenta no compromisso pela observância escrupulosa de todas as normas legais de natureza ambiental.

O tratamento dos resíduos hospitalares de risco biológico (grupo III e IV) e não perigosos (grupo I e II) produzidos pelo Hospital, é efetuada pelo S.U.C.H. cuja atividade de gestão e tratamento de resíduos hospitalares se encontra certificada desde 2002 com a norma NP EN ISO 9001 2000.

O destino dos resíduos hospitalares é, para os grupos I e II o Planalto Beirão (Centro de Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos), para o Grupo III a autoclavagem e para o grupo IV a incineração.

Acrescem, ainda, as práticas de reciclagem de resíduos de papel, cartão, vidro e plástico promovidas no Hospital e cuja recolha é efetuada, também, pelo S.U.C.H. e depositados em fileiras para resíduos recicláveis. As lâmpadas, pilhas e componentes eletrónicos são, também,

objeto de recolha, sendo posteriormente transportados e tratados por empresas licenciadas para o efeito.

## Cumprimento dos princípios de bom governo

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de Março aprovou os Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado, pelo que se divulgam o cumprimento dos princípios a seguir referidos.

- II.i.7. O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. prosseguiu com a sua missão, garantindo a oferta de cuidados de saúde e promovendo a sua acessibilidade à população.
- II.i.8. São elaborados planos de atividade anuais e plurianuais e orçamentos económicos e de tesouraria em conformidade com as boas práticas.  
São definidas estratégias de sustentabilidade económica e social sintetizadas em planos de atividade com tradução em contratos programa que garantam a sustentabilidade economia do Hospital e que estejam em linha com as orientações do Ministério da Saúde quanto à oferta de cuidados de saúde, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, à população em geral.
- II.i.9. Constitui uma das grandes preocupações do Centro Hospitalar no âmbito dos recursos humanos, observar as normas legais em vigor, de forma a garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e a eliminar as discriminações.
- II.i.10. São informados anualmente os serviços e organismos da Administração Pública que exercem o poder da tutela do modo como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos e os termos do serviço público.
- II.i.11. A plataforma de atuação do Conselho de Administração assenta no compromisso pela observância escrupulosa de todas as normas legais que enformem o ordenamento jurídico Português, nomeadamente de natureza fiscal, laboral e ambiental.  
O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. pauta a sua atuação pelo registo pela dignidade humana e igualdade entre os sexos constitucionalmente consagrados como direitos fundamentais dos cidadãos.
- II.i.12. O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E proporciona aos seus profissionais a possibilidade de obter aperfeiçoamento técnico, com vista a melhorar a sua prestação profissional e desenvolvimento pessoal, mediante a frequência de diversas ações de formação, bem como promove o tratamento com respeito e integridade entre os seus trabalhadores.
- II.i.13. Os procedimentos adotados em matéria de bens e serviços pelo Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. são orientados por princípios de economia e eficácia com vista a assegurar a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.
- II.i.14. O Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. pauta a sua atuação por uma conduta de integridade na condução do negócio da entidade.
- II.ii.15. O número de membros dos órgãos de administração está de acordo com os Estatutos dos Hospitais E.P.E.

- II.ii.16. O Centro Hospitalar possui um modelo de governo que assegura e efetiva segregação de funções executivas e de fiscalização.
- II.ii.17. O órgão de fiscalização emite relatório anual de fiscalização.
- II.ii.18. As contas do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. são auditadas nos termos dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. pelo órgão fiscalizador.
- II.ii.19. O Centro Hospitalar mantém um sistema de controlo interno dos seus ativos.
- II.ii.20. O modelo de governo do Centro Hospitalar prevê a rotação dos órgãos sociais.
- II.iii.21. É divulgada a informação relativa aos membros dos órgãos sociais, nomeadamente o estatuto remuneratório (valor/mês) e as remunerações e demais regalias (valor ano).
- II.iv.22. Os membros dos órgãos sociais não detêm participações patrimoniais no Centro Hospitalar, nem relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outras, suscetíveis de gerar conflitos de interesse
- III.26. São divulgados no sítio das Empresas do Estado os Estatutos do Hospital, a ficha sintética da Empresa, a informação relativa à identificação da empresa, a informação relativa aos membros dos órgãos sociais, nomeadamente funções e responsabilidades no âmbito da empresa e elementos curriculares, o estatuto remuneratório (valor/mês), as remunerações e demais regalias (valor ano), os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, a lista de fornecedores que representam mais de 5 % dos fornecimentos e serviços externos quando essa percentagem é superior a um milhão de euros e informação financeira histórica.
- III.27. São divulgados no sítio das Empresas do Estado as obrigações de serviço público, os termos contratuais de serviço público, o modelo de financiamento e o esforço financeiro público.
- III.28. O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. dispõe de Gabinete do Utente e livro de reclamações.
- III.29. É inserido no Relatório e Contas um capítulo relativo ao governo da sociedade, estando o mesmo relatório disponível em [www.acss.min-saude.pt](http://www.acss.min-saude.pt) e na intranet do Centro Hospitalar em [www.hstviseu.min-saude.pt/dados](http://www.hstviseu.min-saude.pt/dados) após a respetiva aprovação das Contas.

## Código de Ética

No âmbito da Gestão da Qualidade o Centro Hospitalar, E.P.E. possui manuais institucionais, entre os quais o Manual de Ética e Deontologia Profissional, sem prejuízo de se encontrar em

**Ilustração 11 - Intranet do Centro Hospitalar para acesso ao Manual de Ética e Deontologia Profissional**



estudo a reformulação e autonomização do Manual de Ética numa perspetiva distinta da deontológica, incidindo em princípios da conduta humana e sua valorização moral.

O Manual de Ética e Deontologia Profissional encontra-se divulgado na intranet e abrange os seguintes temas:

Direitos e deveres dos trabalhadores; princípios deontológicos dos grupos profissionais; direitos e deveres dos utentes; respeito pelas convicções culturais, filosóficas e religiosas; comunicação com doentes que apresentem barreiras linguísticas ou deficiências de nível sensorial ou mental; obtenção de segunda opinião; direito ao consentimento ou de recusa por parte do utente; confidencialidade da informação clínica; direito à

privacidade na prestação de todo e qualquer ato clínico; tramites das exposições dos utentes; políticas e procedimentos para cuidados paliativos.

## Mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesse

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. pré-estabelece um conjunto de normas, comportamentos e obrigações que devem pautar a atuação dos seus profissionais, adotando para tal, a título de regras de conduta, os códigos e princípios deontológicos dos diversos grupos profissionais.

## Sistema de controlo interno

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. possui um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade. O sistema de controlo interno, bem como os procedimentos contabilísticos são objeto de revisão trimestral por parte do Fiscal Único (Sociedade de Revisores Oficiais de Contas) com subsequente elaboração de relatórios anuais e intercalares (trimestrais) da fiscalização efetuada.

É mantido um sistema contabilístico adequado e em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites do P.O.C.M.S. sendo as Demonstrações Financeiras do Hospital objeto de parecer e certificação legal de contas.

O Hospital prossegue uma política efetiva de segregação de funções, nomeadamente:

Função serviços financeiros independente das funções de gestão de compras, logística e farmácia, serviços clínicos e recursos humanos;

Função de gestão de tesouraria independente das funções de gestão compras, contas a pagar, produção e contas a receber;

Função de gestão de contas a pagar independente das funções de gestão compras, gestão de existências, gestão de imobilizado e gestão de tesouraria;

Função de gestão de contas a receber independente das funções de gestão de tesouraria, contas a pagar, gestão de compras e produção.

Função de gestão de compras, independente das funções de logística, gestão de imobilizado e dos serviços financeiros;

Função de gestão de existências, independente das funções de gestão de compras, contas a pagar e dos serviços financeiros; e

Função de gestão de imobilizado, independente das funções de gestão de compras, contas a pagar e de tesouraria.

Os procedimentos e práticas adotadas visam de igual modo a salvaguarda do património, dos quais se evidenciam:

Tesouraria com o sistema de fundo fixo de caixa;

Reconciliações bancárias e circularização de saldos;

Sistema de inventário permanente;

Receção quantitativa e qualitativa dos bens do ativo;

Existências sujeitas a inventariação física periódica;

Controlo das condições de armazenamento das existências, de acesso às áreas de armazenamento e de entrega aos serviços utilizadores dos bens requisitados;

Cadastro dos bens do ativo imobilizado com subsequente etiquetagem física;

Verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado; e

Reconciliações entre o cadastro dos bens de imobilizado e os respetivos registos contabilísticos.

## Divulgação da informação<sup>4</sup>

Quadro 15 – Informação a constar no site do SEE

	Divulgação			Comentários
	S	N	N/A	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financ.	x			
Modelo Governo / Ident. Org. Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética		x		Em intranet do Hospital
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Quadro 16 – Informação a constar no site do Hospital

	Divulgação			Comentários
	S	N	N/A	
Existência de Site	x			www.hstvisseu.min-saude.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			Em R&C 2011
Organigrama	x			Em R&C 2011
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	x			Em R&C 2011
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		x		Em R&C 2011
Identificação de comissões	x			Em R&C 2011
Identificar sist. de controlo de riscos				
Remuneração dos órgãos sociais	x			Em R&C 2011
Regulamentos Internos e Externos	x			Em R&C 2011
Transacções fora das condições de mercado	x			Em R&C 2011
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			Em R&C 2011
Análise de sustentabilidade	x			Em R&C 2011
Código de Ética		x		Em intranet do Hospital
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	Gabinete do utente

<sup>4</sup> Relativamente à informação económico-financeira de 2011 a mesma só poderá ser divulgada no site do Sector Empresarial do Estado após a aprovação do Relatório e Contas de 2011.

# Gestão de Risco

O Despacho n.º 101/2009 de 30 de Janeiro do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças predispõe um conjunto de instruções a observar pelas empresas públicas não financeiras, nas quais o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. se inclui. O objetivo do referido Despacho é o de diminuir os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros na situação financeira das empresas públicas não financeiras.

## Avaliação sistemática do risco financeiro

O risco financeiro caracteriza-se, não só, pela solvabilidade demonstrada, isto é, o risco que os credores correm em financiar a empresa, mas, caracteriza-se ainda como a probabilidade da empresa não conseguir remunerar os capitais próprios (acionistas) como consequência das diferentes disposições da estrutura financeira (capitais próprios e capitais alheios). O risco financeiro será tanto mais elevado quanto menor for a solvabilidade e quanto maior for o efeito financeiro de alavanca<sup>5</sup>.

Quadro 17 - Indicadores de risco financeiro para stakeholders<sup>6</sup>

	2011	Δ% 11/10
<b>Risco Financeiro</b>		
Fundo Patrimonial (Capital Próprio)	61.103.042	
Passivo Total (P)	55.784.386	
<b>Solvabilidade (CP/P)</b>	<b>109,5%</b>	
Resultado Operacional (RO)	-807.072	
Resultado Antes de Imposto (RAIRE)	2.210.305	
<b>Grau Financeiro de Alavanca (RO/RAIRE)</b>	<b>-36,5%</b>	
Custos Financeiros (Juros)	0	
Passivo Total (P)	55.784.386	
<b>Tx. remuneração do Passivo (J/P)</b>	<b>0,00%</b>	
Resultado Líquido do Exercício	2.210.305	
Fundo Patrimonial (Capital Próprio)	61.103.042	
<b>Tx. rentabilidade do Cap. Próp. (RLE/CP)</b>	<b>3,62%</b>	
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>420.018</b>	
<b>P.M.P. (RCM 34/2008)</b>	<b>107</b>	

<sup>5</sup> Efeito que se produz enquanto o custo do capital é inferior à rentabilidade dos capitais próprios de uma empresa. Esse efeito persistirá enquanto se conseguir aumentar a rentabilidade dos capitais próprios pelo incremento do endividamento da empresa (capitais alheios). É medido pelo grau financeiro de alavanca (GFA).

<sup>6</sup> Designação de todas as pessoas, empresas ou outras entidades que, de alguma maneira, são influenciadas pelas ações da empresa.

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. apresenta, quer para o acionista (Estado) quer para os credores, um risco financeiro notavelmente reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2011 os capitais próprios superaram os capitais alheios em +9,5% (solvabilidade de 109,5%), os resultados financeiros foram positivos em 420.018,24€, o que atenuou os resultados operacionais negativos e os resultados extraordinários foram positivos em 3.221.453,98€. Consequentemente, a função financeira do Centro Hospitalar acrescentou valor à rentabilidade do acionista, dado que o valor do grau financeiro de alavanca de -36,5%, para a atual rentabilidade dos capitais próprios e remuneração do passivo, comporta um resultado de exploração inferior em 136,5% relativamente ao resultado antes de imposto.

De notar, contudo, o contributo muito significativo dos resultados extraordinários para esta situação.

### Mitigação do risco financeiro

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. apresentou em 31 de Dezembro de 2011 ativos de 116.887.427,94€, dos quais 6,3% (7.339.302,97€) corresponderam a ativos financeiros, entre os quais depósitos bancários. A mitigação do risco associada aos ativos financeiros do Centro Hospitalar, consubstanciou-se na diversificação dos respetivos ativos por diferentes Instituições Financeiras. Sendo que 99,2% do total dos ativos financeiros encontraram-se distribuídos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. e por uma instituição bancária privada. Acresce que a instituição bancária privada em questão foi considerada em 2010 pela revista Global Finance<sup>7</sup>, na sua publicação “The World’s 50 Safest Banks 2010”<sup>8</sup>, a 14.ª mais sólida do sistema bancário mundial.

### Reforço dos capitais permanentes

O reforço dos capitais permanentes foi efetuado através da incorporação do resultado líquido do exercício no fundo patrimonial.

Não obstante o mencionado no parágrafo anterior, o fundo patrimonial absorveu no exercício +79.896,15€ de doações.

O balanço a 31 de Dezembro de 2011 não apresentou valores para a conta de empréstimos obtidos pelo que a consolidação do passivo remunerado não foi necessária.

### Otimização da estrutura financeira e utilização de auto financiamento

A política de cobertura financeira dos investimentos do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. tem sido alicerçada no auto financiamento e em cofinanciamento comunitário e nacional.

<sup>7</sup> Prestigiada publicação mundial especializada em economia e finanças.

<sup>8</sup> Vide <http://www.gfmag.com/tools/best-banks/10533-worlds-50-safest-banks-2010.html#axzz1RWRT0yRm>

## Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

A taxa média anual de financiamento em 2011 foi de 0,000%.

Quadro 18 – Evolução do passivo remunerado e da taxa anual média de financiamento

	2011	Δ% 11/10
<b>Passivo remunerado no início do exerc.</b>	0	
Reforço	0	
Liquidação	0	
<b>Passivo remunerado no final do exerc.</b>	0	
<b>Custos Financeiros (Juros)</b>	0	
<b>Taxa anual média de financiam.</b>	0,000%	

## Contratação de instrumentos de gestão de risco

Relativamente à contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado, nomeadamente a práticas de hedging<sup>9</sup>, a sua aplicabilidade no sector de atividade do Centro Hospitalar, atividade dos estabelecimentos de saúde com internamento, não se afigura como exequível.

## Efeito das variações do justo valor dos contratos swap<sup>10</sup> em carteira nas Demonstrações Financeiras

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. não dispõe em carteira de quaisquer contratos swap ou outros contratos relativos a derivados financeiros.

<sup>9</sup> Hedging, designação de técnica ou estratégia de cobertura de riscos de uma determinada posição (atual ou futura) num ativo ou contrato em relação ao risco de perda do seu valor.

<sup>10</sup> SWAP, operação financeira que consiste na troca de um produto financeiro por outro.

# Outras divulgações

---

## Orientações genéricas sobre negociações salariais

O Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, E.P.E. não procedeu à atualização dos salários nominais para o ano de 2011.

## Prémios de gestão

O Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, E.P.E. não procedeu à atribuição de prémios de gestão, aos membros do Órgão de Administração, no ano de 2011.

## Redução remuneratória dos gestores públicos

O Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, E.P.E. procedeu à redução remuneratória estabelecida pelo artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho e pelo artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro.

## Unidade de Tesouraria do Estado

O Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, E.P.E. cumpre de forma de genérica o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, dado que dos fluxos financeiros registados nas contas de depósitos à ordem 98,0% (registos devedores) e 96,5% (registos credores) foram efetuados em contas do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (I.G.C.P., I.P.).

## Imóveis

As imobilizações corpóreas relativas aos edifícios afectos à atividade do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. estão reconhecidas no Balanço a 31 de Dezembro de 2011 pelo valor bruto de 44.727.131,39€, conforme divulgado na Nota 8.2.8 das N.B.D.R.

Os bens incluídos em terrenos e edifícios da Unidade de Viseu foram valorizados e considerados ativos do Hospital por ordem da Direcção-Geral do Tesouro, apesar de a esta última entidade pertencer a titularidade jurídica no registo predial.

## Auditor Interno

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. nomeou no decurso de 2012 o Auditor Interno.

# Atividade global em 2011 (Abri a Dezembro)

## Movimento assistencial

O movimento assistencial em 2011 traduziu e comprovou o compromisso do Centro Hospitalar em promover e garantir a crescente acessibilidade aos cuidados de saúde.

Quadro 19 - Movimento assistencial

	2011	Δ% 11/10
<b>Internamento</b>		
lotação	646	
doentes saídos (sem berçário)	16.589	
doentes saídos (com berçário)	18.182	
dias de internamento D.S. (s/ berçário)	140.557	
dias de internamento D.T. (s/ berçário)	140.558	
demora média (sem berçário)	8,47	
taxa de ocupação (sem berçário)	79,12%	
<b>Consulta Externa (Médica)</b>		
primeiras	49.468	
subsequentes	111.320	
<b>Total</b>	160.788	
<b>Urgência</b>		
geral	95.202	
pediátrica	26.792	
obstetrícia e ginecologia	12.385	
<b>Total</b>	134.379	
<b>Hospital de Dia</b>		
sessões	41.453	
doentes tratados	6.944	
<b>Visitas Domiciliárias</b>		
<b>Total</b>	4.402	
<b>Bloco Operatório (episódios sem peq. Cir.)</b>		
programadas	3.038	
ambulatório	2.968	
urgentes	2.619	
<b>Total</b>	8.625	
<b>Partos</b>		
eutócicos	877	
distócicos	828	
<b>Total</b>	1.705	

## Situação económica e financeira

O exercício de início de atividade do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. refletiu o desempenho sustentado na promoção da oferta de cuidados diferenciados de saúde na região, contribuindo, de forma exemplar, para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

## Resultados

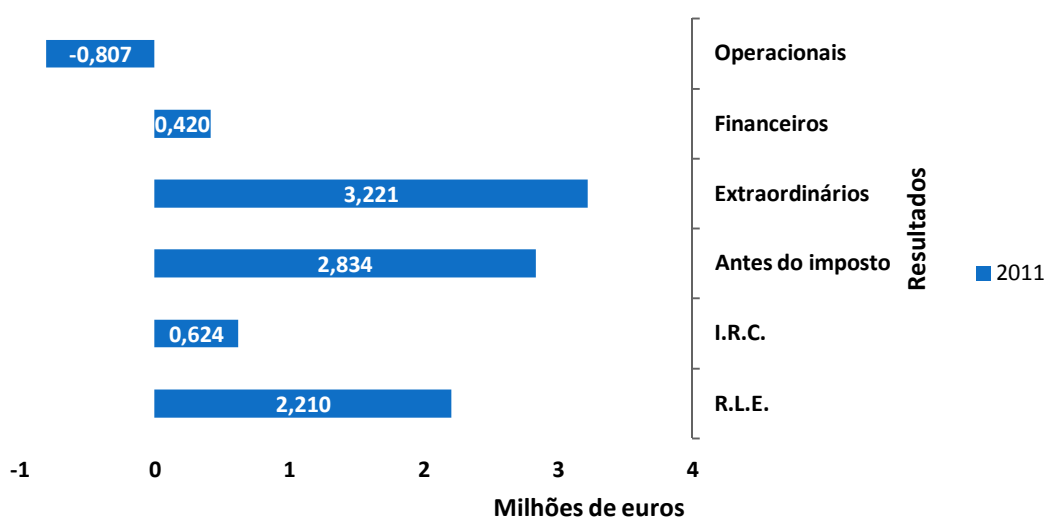


Gráfico 1 - Resultados

Em 2011 o resultado líquido do exercício foi positivo em 2.210.305,13€.

Os resultados operacionais do Centro Hospitalar de -807.072,33€ refletiram a redução ocorrida em 2011 nos preços dos contratos programa de 4%, o que penalizou o volume de negócios do Centro Hospitalar em mais de três milhões de euros.

Os resultados financeiros de 2011 foram de +420.018,24€, consequência dos acordos financeiros de pronto pagamento promovidos pelo Centro Hospitalar, os quais representaram, 93,3% do total do resultado financeiro.

Os resultados extraordinários de 2011 foram de +3.221.453,98€, justificados pelos proveitos decorrentes de: *i)* redução muito significativa das provisões acumuladas para cobrança duvidosa relativa às prestações de serviços (2.528.210,39€); *ii)* regularizações de acréscimos de custos efetuados no exercício de 2010 do Hospital de São Teotónio, E.P.E. e não regularizadas no exercício de Janeiro a Março de 2011, nomeadamente, as relativas a suplementos de SIGIC (503.058,79€) e as relativas a trabalho extraordinário (945.205,43€) e noites e suplementos (461.858,05€); e *iii)* regularização de acréscimo de custos efetuados no exercício de Janeiro a Março de 2011 do Hospital de São Teotónio, E.P.E. relativos ao subsídio de natal (715.156,02€).

e respetivos encargos (144.678,45€), decorrentes da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2011, e que implicaram o seu não pagamento.

E em sentido inverso, justificados pelos custos decorrentes de: *i)* especialização do trabalho extraordinário (871.099,62€) e noites e suplementos (455.040,97€); e *ii)* regularizações de acréscimos de proveitos realizados em exercícios anteriores relativos ao Hospital de São Teotónio, E.P.E. por excesso de estimativa (631.853,92€).

## Custos

Os custos do exercício foram de 86.449.395,25€.

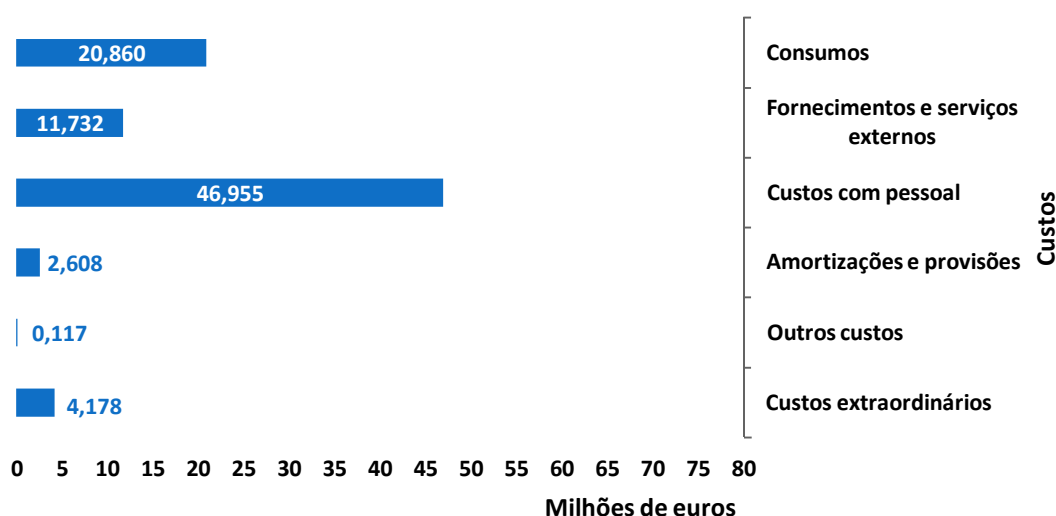


Gráfico 2 - Custos

## Proveitos

Os proveitos do exercício foram de 89.283.795,14€.

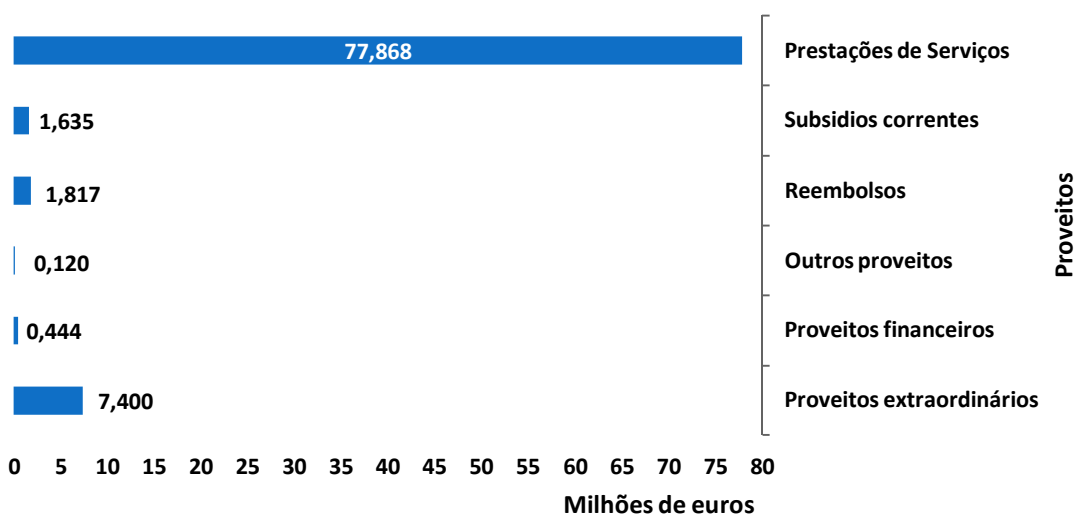


Gráfico 3 - Proveitos

## Análise da estrutura

Em 31 de Dezembro de 2011 o Balanço do Centro Hospitalar totalizou 116.887.427,94€

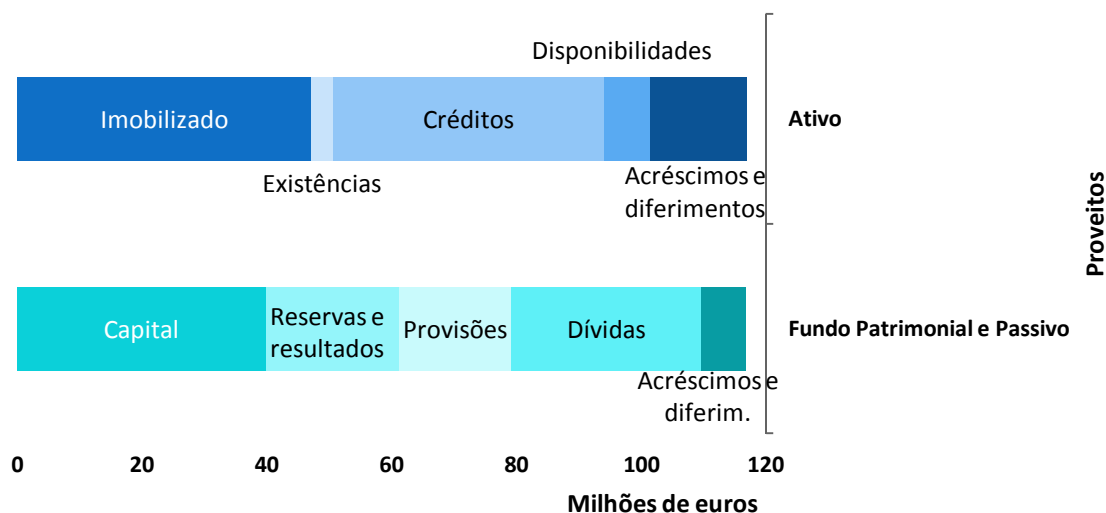


Gráfico 4 - Balanço

O capital estatutário do Hospital é de 39.900.000 €, sendo detido a 100% pelo Estado e representou em 2011 67,8% do Fundo Patrimonial.

Para a estrutura do Fundo Patrimonial contribuíram também, os valores de Reservas e Resultados Transitados, sendo que, o primeiro concorreu positivamente e o segundo concorreu negativamente para o total do Fundo Patrimonial. Do valor em reservas 57,3% é decorrente de transferências de ativos, nomeadamente as relativas a imobilizações do Sector Público Estatal.

O Passivo do Hospital ascendeu em 31 de Dezembro de 2011 a 55.784.385,83€, o qual contemplou 30.497.020,73€ relativo a dívidas a fornecedores de bens, serviços e de imobilizado.

Do total do passivo 32,5% correspondeu ao saldo de provisões para pensões e benefícios de reforma.

O valor de acréscimo de custos representou 12,9% do passivo e ascendeu a 7.185.248,17€, sendo que 79,0% respeitaram a remunerações a Liquidar (férias, subsidio de férias, encargos respetivos e suplementos de remunerações).

O ativo fixo representou 40,4% e ascendeu a 47.199.074,59€.

Do ativo circulante 62,5% correspondem a dívidas de terceiros, sendo que 30,8% desses créditos são sobre a ACSS.

As disponibilidades do Centro Hospitalar à data do Balanço foram de 7.339.302,97€.

## Indicadores económicos e financeiros

Os rácios apresentados, relativos ao exercício de 2011, são a todos os níveis, bastante positivos, refletindo a “saúde” do Centro Hospitalar no que concerne à sua atividade empresarial.

Quadro 20 - Rácios

	2011	Δ% 11/10
<b>Rácios Económicos</b>		
Resultado Operacional	-807.072	
Resultado Líquido	2.210.305	
E.B.I.T.D.A.	1.800.496	
Volume de Negócios	77.867.840	
Custos com Pessoal	46.955.084	
V.A.B. c.f.	46.910.694	
V.A.B. c.f. per capita	21.246	
<b>Rácios de Liquidez</b>		
Liquidez Geral	0,972	
Liquidez Reduzida	0,912	
<b>Rácios de Estrutura</b>		
Solvabilidade	1,095	
Autonomia Financeira	0,523	
Endividamento	0,477	
<b>Rácios de Gestão</b>		
Rendabilidade dos Cap. Próprios	3,6%	
Prazo médio de Pagamentos	107	

Destacamos, ao nível económico, o resultado líquido do exercício e o E.B.I.T.D.A. positivos, tendo o primeiro superado os dois milhões de euros.

Relativamente aos rácios de liquidez e estrutura destacamos os sólidos níveis de liquidez, a solvabilidade (1,095) superior em 9,5% ao valor de referência (1), dado os capitais próprios serem superiores aos capitais alheios (passivo), facto demonstrativo da estabilidade financeira do Hospital, e, ainda, uma autonomia financeira (0,523) 4,6% acima do valor de referência (0,5).

Resulta, assim, para o Centro Hospitalar E.P.E. um quadro económico e financeiro positivo, apesar do impacto das restrições significativas ao financiamento hospitalar. Todavia, a implementação de novos modelos de financiamento hospitalar ainda mais restritivos, que não atendam às efetivas produções e respetivas complexidades, dissociando o preço da produção, afastando-se cada vez mais do princípio de produção realizada produção paga, poderão fazer perigar a longo prazo a sustentabilidade económica e financeira do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

## Recursos humanos

O número de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2011 no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. foi de 2.208 incluindo 30 prestadores de serviços.

**Quadro 21 - Trabalhadores a 31 de Dezembro de 2011 por categoria profissional e tipo de vínculo**

Grupo profissional	C.T.F.P.	C.T.F.P.T.R.	C.I.T.	outros	2011/12
Pessoal dirigente	7		2	6	15
Médicos	148	144	113	27	432
Técnicos superiores de saúde	8		13		21
Técnicos superiores	13		10		23
Informáticos	5		2		7
Docentes	2		2		4
Enfermeiros	504	2	305		811
Técnicos de diagn. e terapêutica	86		61	1	148
Assistentes Técnicos	146		98	1	245
Assistente Operacional	256		244		500
Outros				2	2
<b>Total</b>	<b>1.175</b>	<b>146</b>	<b>850</b>	<b>37</b>	<b>2.208</b>

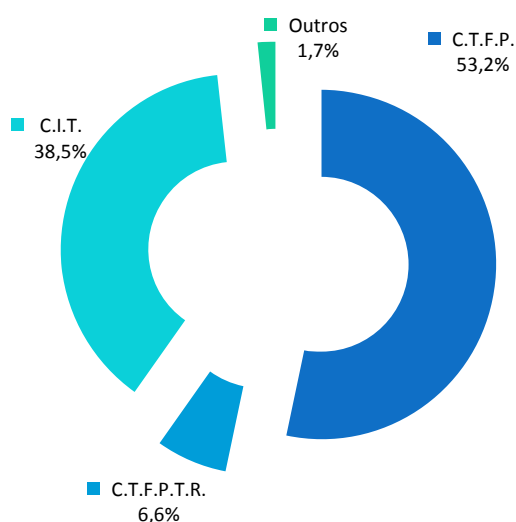
Fonte: Recursos Humanos

A estrutura da relação jurídica de emprego no Centro Hospitalar é maioritariamente composta por pessoal em regime de contrato em funções públicas (53,2%), seguindo-se o pessoal em regime de contrato individual de trabalho (38,5%), o pessoal com contrato a termo resolutivo em funções públicas (6,6%) e outro pessoal (1,7%).

De futuro a tendência será a do crescimento dos C.I.T., na medida em que a atual forma de contratação de pessoal é o contrato de trabalho, nas suas modalidades a termo ou por tempo indeterminado, dado que o quadro de pessoal do Centro Hospitalar se mantém com carácter residual, exclusivamente para efeitos de acesso dos funcionários, sendo os respetivos lugares a extinguir quando vagarem, da base para o topo.

Os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo são, quase exclusivamente, médicos internos.

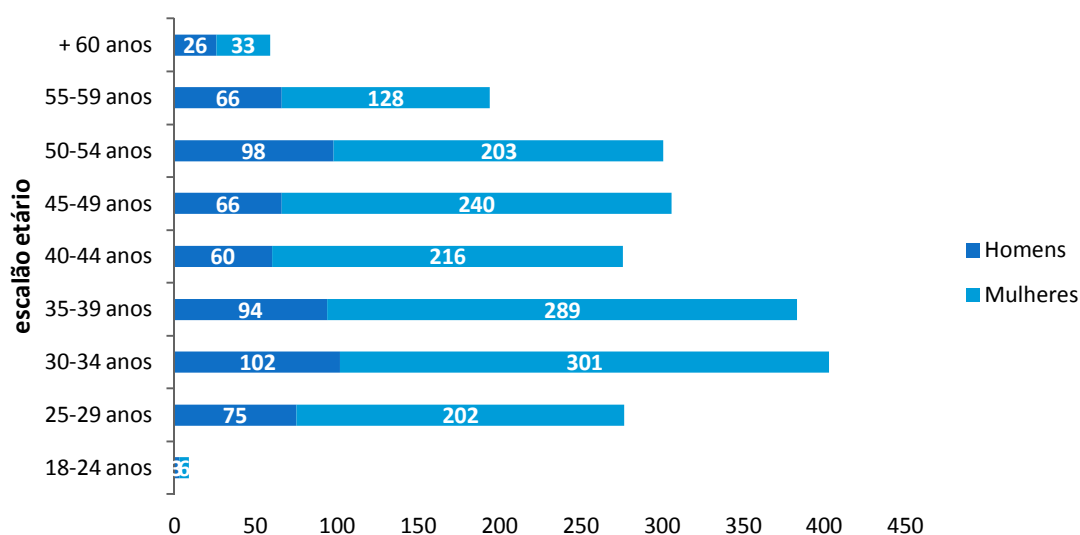
**Gráfico 5 - Pessoal por tipo de vínculo**



Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores do Centro Hospitalar, o escalão com maior frequência é o dos 30 aos 34 anos com 18% do total dos trabalhadores, seguindo-se o dos 35 aos 39 anos que engloba 17% dos trabalhadores.

Os escalões etários abaixo dos 40 anos representaram 54% do total dos trabalhadores do Hospital.

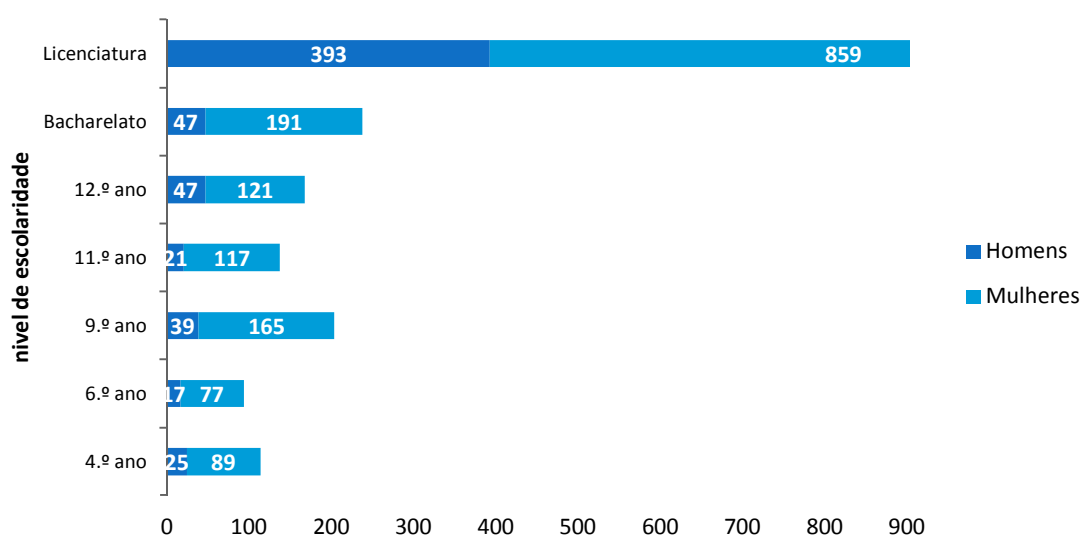
**Gráfico 6 - Pessoal por escalão etário e sexo**



Fonte: Balanço Social 2010 (ajustado)

Relativamente ao nível de escolaridade dos trabalhadores do Centro Hospitalar, o que apresenta a maior frequência é o de licenciatura com 1.252 trabalhadores (57%), seguindo-se o de bacharelato com 238 trabalhadores (11%).

**Gráfico 7 - Pessoal por nível de escolaridade e sexo**



Fonte: Balanço Social 2010 (ajustado)

# Proposta de aplicação de resultados

---

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 23º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício positivo, apurado no exercício de 2011, no montante de 2.210.305,33€ seja destinado para resultados transitados para cobertura de prejuízos existentes de exercícios anteriores.

## Conselho de Administração

*Presidente*

**Carlos Fernando Ermida Rebelo**

*Vogal*

**Rubem Manuel Antunes Tavares**

*Vogal*

**Rui Manuel Lopes de Melo**

*Vogal (Diretora Clínico)*

**Alexandra Maria da Cunha Vilar Guedes Estrada**

*Vogal (Enfermeira Diretora)*

**Maria Cassilda Pereira das Neves**

# Demonstrações Financeiras

---

Os objetivos das demonstrações Financeiras são os de proporcionar, de forma verdadeira e apropriada, informações acerca da posição financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa de uma entidade, que sejam úteis ao vasto conjunto de utentes para a tomada de decisões.

## Balanço

## 5 - BALANÇO ANALÍTICO

## ACTIVO

31-Dez-2011

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		N			N-1
Código	Designação	Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>				
451	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	
452	Edifícios .....	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas ...	0,00	0,00	0,00	
455	Bens patrim histórico, artist e cultur ..	0,00	0,00	0,00	
459	Outros bens domínio público .....	0,00	0,00	0,00	
445	Imobilizaç em curso bens dominio.....	0,00		0,00	
446	Adiantament p/conta bens dom púb....	0,00		0,00	
	<b>Total bens de domínio público:</b>	0,00	0,00	0,00	
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
431	Despesas de instalação .....	388.697,02	321.231,68	67.465,34	
432	Despesas investigação e desenvolvim	0,00	0,00	0,00	
433	Propriedade industrial .....	0,00	0,00	0,00	
443	Imobilizaç em curso imob incorpor ...	0,00		0,00	
449	Adiantamentos p/conta imob.incorp..	0,00		0,00	
	<b>Total imobilizações incorpóreas:</b>	388.697,02	321.231,68	67.465,34	
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais.....	3.075.143,11	0,00	3.075.143,11	
422	Edifícios e outras construções.....	44.727.131,39	8.437.371,47	36.289.759,92	
423	Equipamento básico.....	32.528.627,30	27.960.954,82	4.567.672,48	
424	Equipamento de transporte.....	164.347,72	92.257,10	72.090,62	
425	Ferramentas e utensílios.....	55.868,01	54.870,05	997,96	
426	Equipamento administr e informático	10.876.442,49	9.341.925,63	1.534.516,86	
427	Taras e vasilhame.....	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas.....	0,00	0,00	0,00	
442	Imobilizaç em curso imobil corpóreas	0,00		0,00	
448	Adiantament p/conta imob.corpóreas .	1.591.428,30		1.591.428,30	
	<b>Total imobilizações corpóreas:</b>	93.018.988,32	45.887.379,07	47.131.609,25	
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
411	Partes de capital .....	0,00		0,00	
412	Obrigações e títulos de participação ...	0,00	0,00	0,00	
414	Investimentos em imóveis .....	0,00		0,00	
415	Outras aplicações financeiras .....	0,00	0,00	0,00	
441	Imobilizaç em curso invest financeir ..	0,00		0,00	
447	Adiantament p/conta invest. financ ....	0,00		0,00	
	<b>Total investimentos financeiros:</b>	0,00	0,00	0,00	
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>EXISTÊNCIAS:</b>				
36	Matérias primas,subsid. e consumo.....	3.331.650,30	0,00	3.331.650,30	
34	Sub-produtos, desperd. resíd. e refug..	0,00	0,00	0,00	
33	Produtos acabados intermédios .....	0,00	0,00	0,00	
32	Mercadorias .....	0,00	0,00	0,00	
37	Adiantamentos p/conta de compras...	0,00		0,00	
	<b>Total existências:</b>	3.331.650,30	0,00	3.331.650,30	

## 5 - BALANÇO ANALÍTICO

## ACTIVO

31-Dez-2011

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		N			N-1
Código	Designação	Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	<b>DIVIDAS TERC.-Médio long prazo</b>	0,00	0,00	0,00	
	<b>DIVIDAS DE TERC. - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos .....	0,00		0,00	
211	Clientes c/c .....	6.590.659,09		6.590.659,09	
213	Utentes c/c .....	267.460,22		267.460,22	
215	Instituições do Ministério da Saúde ...	30.526.970,32		30.526.970,32	
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa ..	9.832.435,35	9.154.529,86	677.905,49	
251	Devedores p/execução do orçamento ..	0,00		0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores .....	0,00		0,00	
2619	Adiantamentos a fornec imobilizado ..	2.184,41		2.184,41	
24	Estado e outros entes públicos .....	399.364,59		399.364,59	
262/3/4 + 267/8	Outros devedores .....	5.147.945,61	61.154,37	5.086.791,24	
	<b>Total dividas de terceiros:</b>	52.767.019,59	9.215.684,23	43.551.335,36	
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:</b>				
151	Acções .....	0,00	0,00	0,00	
152	Obrigações e títulos de participação ..	0,00	0,00	0,00	
153	Títulos da dívida pública .....	0,00	0,00	0,00	
159	Outros títulos .....	0,00	0,00	0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria .....	0,00		0,00	
	<b>Total títulos negociáveis:</b>	0,00	0,00	0,00	
	<b>DEPÓSIT INST FINANC/CAIXA</b>				
13	Conta no Tesouro .....	3.130.391,34		3.130.391,34	
12	Depósitos em instituições financeiras	4.203.761,63		4.203.761,63	
11	Caixa .....	5.150,00		5.150,00	
	<b>Total depósitos e caixa:</b>	7.339.302,97		7.339.302,97	
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
271	Acréscimos de proveitos .....	13.007.688,36		13.007.688,36	
272	Custos diferidos .....	2.458.376,36		2.458.376,36	
	<b>Total acréscimos e diferimentos:</b>	15.466.064,72		15.466.064,72	
	<b>Total de amortizações:</b>		46.208.610,75		
	<b>Total de provisões:</b>		9.215.684,23		
	<b>TOTAL DO ACTIVO:</b>	172.311.722,92	55.424.294,98	116.887.427,94	

## 5 - BALANÇO ANALÍTICO

## FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

31-Dez-2011

CONTAS		EXERCÍCIOS	
Código	Designação	N	N-1
	<b>FUNDO PATRIMONIAL:</b>		
51	Património .....	39.900.000,00	
56	Reservas de reavaliação.....	0,00	
	<b>RESERVAS:</b>		
571	Reservas legais .....	266.261,07	
572	Reservas estatutárias .....	0,00	
574	Reservas livres .....	3.414.346,18	
575	Subsídios .....	2.501.206,35	
576	Doações .....	23.261.847,27	
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	39.582.513,24	
	<b>Total das reservas:</b>	69.026.174,11	
59	Resultados transitados .....	-50.033.437,33	
88	Resultado líquido do exercício .....	2.210.305,33	
	<b>TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL:</b>	61.103.042,11	
	<b>PASSIVO:</b>		
	<b>PROVISÕES:</b>		
291	Provisões para cobranças duvidosas .....	0,00	
292	Provisões p/riscos encargos.....	18.101.843,12	
	<b>Total de provisões:</b>	18.101.843,12	
2312	<b>DIVIDAS A TERCEIROS-Médio e longo prazo</b>	0,00	
	<b>DIVIDAS A TERCEIROS-Curto prazo:</b>		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS .	71.710,76	
221	Fornecedores c/c .....	14.311.660,56	
228	Fornecedores - Facturas recepção e conferência .	177.942,22	
2311	Empréstimos obtidos .....	0,00	
252	Credores pela execução do orçamento .....	0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c .....	535.267,44	
24	Estado e outras entes públicos .....	2.941.692,83	
262/3/4 + 267/8	Outros credores .....	12.459.020,73	
	<b>Total de dividas a terceiros:</b>	30.497.294,54	
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
273	Acréscimos de custos.....	6.193.148,19	
274	Proveitos diferidos.....	992.099,98	
	<b>Total acréscimos e diferimentos:</b>	7.185.248,17	
	<b>TOTAL DO PASSIVO:</b>	55.784.385,83	
	<b>TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO:</b>	116.887.427,94	

O Responsável

O Conselho de Administração

## Demonstração de Resultados

**6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS****CUSTOS E PERDAS****31-Dez-2011**

<b>C O N T A S</b>		<b>EXERCÍCIOS</b>			
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>N</b>		<b>N-1</b>	
<b>61</b>	<b>CUSTOS MERC.,VEND.M.CON.S.:</b>				
612	Mercadorias.....	0,00			
616	Matérias de consumo .....	20.860.011,17	20.860.011,17		
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos.....</b>		11.731.804,93		
<b>64</b>	<b>CUSTOS COM O PESSOAL:</b>				
641	Remunerações dos órgãos directivos .....	239.638,17			
642	Remunerações de pessoal .....	39.623.586,30			
643	Pensões .....	71.774,83			
645	Encargos sobre remunerações .....	6.841.790,04			
646	Seguros acid trab e doenç profissionais ..	30.005,70			
647	Encargos sociais voluntários .....	63.919,99			
648	Outros custos com o pessoal .....	84.366,95			
649	Estágios profissionais .....	0,00	46.955.081,98		
<b>63</b>	<b>Transf. correntes conc. e prest. soc .....</b>		0,00		
<b>66</b>	<b>Amortizações do exercicio .....</b>	2.588.023,13			
<b>67</b>	<b>Provisões do exercicio .....</b>	19.545,24	2.607.568,37		
<b>65</b>	<b>Outros custos e perdas operacionais .....</b>		92.648,27		
	<b>( A ) .....</b>		82.247.114,72		
<b>68</b>	<b>Custos e perdas financeiras .....</b>		24.193,91		
	<b>( C ) .....</b>		82.271.308,63		
<b>69</b>	<b>Custos e perdas extraordinárias .....</b>		4.178.086,62		
	<b>( E ) .....</b>		86.449.395,25		
<b>86</b>	<b>Imposto s/rendimento do exercicio .....</b>		624.094,56		
	<b>( G ) .....</b>		87.073.489,81		
<b>88</b>	<b>Resultado líquido do exercício .....</b>		2.210.305,33		
			<b>89.283.795,14</b>		

## 6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## PROVEITOS E GANHOS

31-Dez-2011

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N		N-1	
71	VENDAS E PRESTAÇ. SERVIÇOS				
711	Vendas .....	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços .....	77.867.840,00	77.867.840,00	0,00	0,00
72	Impostos, taxas e outros .....		0,00		0,00
75	Trabalhos p/própria instituição .....		0,00		0,00
73	Proveitos suplementares .....		102.312,29		0,00
74	TRANSE.SUBSID.CORRENT.OBT				
741	Transferências - TESOURO .....	0,00		0,00	
742	Transferências correntes obtidas .....	1.634.670,02		0,00	
743	Subsid correntes obt-Out.entes públic .....	0,00		0,00	
749	De outras entidades .....	0,00	1.634.670,02	0,00	0,00
76	Outros proveitos/ganhos operacionai		1.835.220,08		0,00
	( B ) .....		81.440.042,39		0,00
78	Proveitos e ganhos financeiros.....		444.212,15		0,00
	( D ) .....		81.884.254,54		0,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários..		7.399.540,60		0,00
	( F ) .....		89.283.795,14		0,00
<b>RESUMO:</b>		<b>N</b>		<b>N -1</b>	
RESULTADOS OPERACIONAIS .....		-807.072,33		0,00	
RESULTADOS FINANCEIROS .....		420.018,24		0,00	
RESULTADOS CORRENTES .....		-387.054,09		0,00	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS .....		3.221.453,98		0,00	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS .....		2.834.399,89		0,00	
IMPOSTO S/RENDIMENTO EXERCICIO .....		624.094,56		0,00	
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO .....		2.210.305,33		0,00	

O Responsável

O Conselho de Administração

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

## 7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO DE:

Abril

ATÉ :

Dezembro

DO ANO:

2011

<i>Código</i>	<i>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</i>		<i>TOTAIS</i>
	<i>Recebimento de Clientes (i)</i>		
171a) 1219 17971	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Adiantam. clientes, utentes, Inst Estado VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	71.931.154,32 35.920,34 6.972.807,18	78.939.882,44
	<i>Pagamentos a fornecedores (ii)</i>		
131 162 1229 16973 169762	COMPRAS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS Adiantamentos a fornecedores CORRECÇÃO A COMPRAS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10.274.283,39 7.081.391,20 0,00 7.408.539,84 2.655.074,36	27.419.288,79
	<i>Pagamentos ao pessoal (iii)</i>		
164 1262 169764	CUSTOS COM O PESSOAL Adiantamentos a pessoal DESPESAS COM O PESSOAL	44.963.228,65 5.829,40 8.232.005,79	53.201.063,84
	<b>(A) Fluxo gerado pelas operações [i+ii+iii].....</b>		<b>-1.8: 20692,3;</b>
	<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (b)</i>		
186 186 169786 169786	Imposto s/rendimento do exercício (PC)  Imposto s/rendimento exercício anterior	0,00 0,00 0,00 113.879,06	-113.879,06
	<i>Outros recebimentos relativos à actividade operacional (c)</i>		
172 173 174 176 12748 12749 17972 17973 17974 17976 17979 1229 1242 1243 1244 1245 1249 1262 1263 1264 1268	Impostos e taxas Proveitos suplementares TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS Diferenças câmbio favoráveis Outros proveitos diferidos Impostos e taxas Proveitos suplementares Transferências subs correntes obtidos OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS Outros Adiantamentos a Fornecedores Retenção de impostos s/ rendimento Imposto sem valor acrescentado Outros impostos Contribuição para segurança social Outros Adiantamentos a pessoal Sindicatos Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro Devedores e credores diversos	0,00 83.866,68 48.541,44 127.639,75 0,00 0,00 0,00 16.611,83 342.463,33 228.187,62 6,00 0,00 8.594.059,48 1.491,67 0,00 4.609.227,61 4.464,75 2.600,00 76.149,99 0,00 737.786,58	14.873.096,93
	<i>Outros pagamentos relativos à actividade operacional (d)</i>		
165 1272 169727 169765 1219 1242 1243 1244 1245 1249 1263 1264 1268	Outros custos e perdas operacionais Custos diferidos Acréscimos e diferimentos Outros custos operacionais Adiantamento a clientes, utentes e Inst Estado Retenção de impostos s/ rendimento Imposto sem valor acrescentado Outros impostos Contribuições para segurança social Outros Sindicatos Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro Devedores e credores diversos	82.648,27 -28.553,70 0,00 10.000,00 1.930,95 8.578.281,22 16.235,55 0,00 4.603.073,79 0,00 81.689,74 0,00 713.814,67	14.059.120,49
	<b>(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias [A+b+c+d].....</b>		<b>/; : 20594.: 3</b>

**7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

DO PERÍODO DE:

Abril

ATÉ :

Dezembro

DO ANO:

2011

	<b>Recebimento gerados com rubricas extraordinárias (f)</b>		
1792	Recuperação de dívidas	0,00	
1793	Ganhos em existências	0,00	
1794	Ganhos em imobilizações	120,45	
1795	Benefícios penalizados contratuais	0,00	
1798	Outros proveitos / ganhos extraordinários	1359,20	1.479,65 q
	<b>Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (g)</b>		
1691	Transferências de capital concedidas	0,00	
1693	Perdas em existências	0,00	
1694	Perdas em imobilizações	0,00	
1695	Multas e penalidades	125,00	
1698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	
16971	Restituições	0,00	
16977	Proveitos	0,00	
16979	Outras correções	46,20	
169769	Custos e perdas extraordinárias	17.200,50	17.371,70
	<b>(1) Fluxo das actividades operacionais [E+f+g] .....</b>		<b>"/; ; 80486.: 8</b>
	<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
	<b>Recebimentos provenientes de: (h)</b>		
1282	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS Amortização de empréstimos	0,00	
12745	SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO Subsídios para investimentos	148.934,14	
178 17978	JUROS E PROVEITOS SIMILARES Proveitos e ganhos financeiros Proveitos e ganhos financeiros	444.212,15 0,00	
1261	OUTROS RECEBIMENTOS ACTIVIDADE INVESTIMENTO Adiantamentos a fornecedores Imobilizado	0,00	593.146,29
	<b>Pagamentos respeitantes a: (j)</b>		
1281	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS Concessão de empréstimos	0,00	
141 169741	INVESTIMENTOS FINANCEIROS Investimentos financeiros Investimentos financeiros	0,00 0,00	
142 169742	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS Imobilizações corpóreas Imobilizações corpóreas	425.822,92 549.381,99	
143 169743	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS Imobilizações incorpóreas Imobilizações incorpóreas	0,00 0,00	
144 169744	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO Imobilizações em curso Imobilizações em curso	0,00 28.690,08	
145 169745	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO Bens do domínio público Bens do domínio público	0,00 0,00	1.003.894,99
	<b>(2) Fluxo das actividades de investimento [h-j] .....</b>		<b>-410.748,70</b>

**7.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

DO PERÍODO DE:

Abril

ATÉ :

Dezembro

DO ANO:

2011

<i>Código</i>	<i>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</i>		<i>TOTAIS</i>
	<i>Recebimentos provenientes de: (k)</i>		
123	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS Empréstimos obtidos	0,00	
151	AUMENTOS CAPITAL, PREST. SUPL. E PRÉM. EMISSÃO Capital	0,00	
1575 1576	SUBSÍDIOS E DOAÇÕES Subsídios Doações	0,00 41.352,03	41.352,03
	<i>Pagamentos respeitantes a: (l)</i>		
123	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS Empréstimos obtidos	0,00	
168 169768	JUROS E CUSTOS SIMILARES Custos e perdas financeiras Custos e perdas financeiras	24.193,91 67,69	
163 169763	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS Transferências correntes concedidas prestações sociais Transferências correntes concedidas prestações sociais	0,00 0,00	24.261,60
	<b>(3) Fluxo das actividades operacionais (k-l) .....</b>		<b>17.090,43</b>
	<b>(4) Variação de caixa e seus equivalentes = [1+2+3].....</b>		<b>-1.389.923,13</b>
	<i>Caixa e seus equivalentes no início do período: (5)</i>		
111 112 113 115 118	Caixa Depósitos em instituições financeiras Conta no Tesouro Títulos negociáveis Outras aplicações de tesouraria	23.587,08 6.769.365,97 836.273,05 0,00 1.100.000,00	8.729.226,10
	<b>(6) Caixa e seus equivalentes no fim do período = [4+5].....</b>		<b>7.339.302,97</b>

a) inclui os adiantamentos por conta do contrato programa conforme divulgado na N.B.D.R. 8.2.39

# Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

---

## Nota Introdutória

As notas apresentadas obedecem ao estabelecido no número oito do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

As notas omissas não se aplicam ao Centro Hospitalar ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou cuja ocorrência não se verificou no decurso do exercício de 2011.

A divulgação dos valores é realizada em euros (€).

## Nota 8.1

### *“Caracterização da entidade”*

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. foi criado pelo Decreto-lei n.º 30/2011 de 2 de Março e resultou da fusão do Hospital de São Teotónio, E.P.E. e do Hospital de Cândido de Figueiredo.

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. tem sede na Av. Rei D. Duarte em Viseu e a atividade económica exercida é a de atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento, cujo C.A.E. Rev.3 é o 86100.

O número de identificação de pessoa coletiva do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. é o 509 822 940.

## Nota 8.2.2

*“Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.”*

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração de resultados não são comparáveis com os do exercício anterior, devido ao exercício de 2011 corresponder ao exercício do início de atividade do Centro Hospitalar, o qual foi criado em 1 de Abril de 2011.

## Nota 8.2.3

*“Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.”*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Centro Hospitalar. Destarte, obedecem aos princípios contabilísticos do custo histórico, especialização, substância sobre a forma, materialidade, continuidade, consistência e da prudência. Neste âmbito, os critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados foram os seguintes:

### a) Imobilizações

O ativo imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, exceto o relativo aos ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, cuja valorização foi efetuada pela aplicação do critério do preço de mercado.

Os elementos do ativo imobilizado com uma vida útil limitada estão sujeitos a uma amortização sistemática.

As reintegrações e amortizações do imobilizado encontram-se calculadas com base na Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril e seguem o método das quotas constantes. Assim, foram consideradas válidas para efeitos económicos e fiscais, com exceção da amortização de 957,88€ em termos fiscais, relativa à parte correspondente ao valor de aquisição excedente a 29.927,87 € da viatura 36-17-XQ, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do C.I.R.C. em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011.

O ativo imobilizado incorpóreo, na parte relativa à despesa com o imposto de selo realizada, despesa incorrida aquando da transformação do Hospital de São Teotónio – Viseu em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, resultante da aplicação do Decreto-lei n.º 287/2002 de 10 de Dezembro, encontra-se totalmente amortizado pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

### Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

**b) Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros estão expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. As operações em moeda estrangeira foram registadas ao câmbio da data considerada para a operação, não existindo à data de 31 de Dezembro de 2011 dívidas de e a terceiros resultantes das mesmas.

**c) Acréscimos e diferimentos**

Os proveitos e os custos estão reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, estando incluídos nas Demonstrações Financeiras dos períodos a que respeitam, em observância do princípio da especialização.

**d) Provisões para cobrança duvidosa, processos judiciais e encargos com pensões**

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas foram consideradas as dívidas de terceiros que estão em mora há mais de um ano. Excetuam-se aquelas que recaem sobre entidades públicas, sem prejuízo do referido na Nota 8.2.31 das N.B.D.R. relativamente ao crédito sobre a A.C.S.S. associado ao contrato programa de 2005.

O montante acumulado de provisão para coberturas das referidas dívidas de terceiros foi determinado, de acordo com a temporalidade da respetiva mora, designadamente de 100% para os créditos em mora há mais de 24 meses e de 50% para os créditos em mora há mais de 12 e até 24 meses.

Já no caso dos créditos reclamados judicialmente, o montante acumulado de provisão foi de 100% do respetivo crédito.

Para efeitos de constituição da provisão para processos judiciais em curso (riscos e encargos) foram consideradas as probabilidades de ocorrência dos factos a eles subjacentes, em consonância com as informações prestadas pelos respetivos causídicos. É ainda de sobrelevar, que relativamente aos factos subsequentes a 31 de Dezembro de 2011 configurados em processos judiciais, foi observado o princípio da prudência.

A constituição da provisão para pensões (riscos e encargos) traduz a análise atuarial, iniciada no exercício de 2007, referente às responsabilidades com os complementos de pensões de reforma e sobrevivência do Hospital de São Teotónio, E.P.E. que resultam do disposto no ponto 2 do artigo 3.º do Decreto-lei 301/1979 de 18 de Agosto: *“A repartição dos encargos com o pagamento das pensões previstas no 1 deste artigo, na parte relativa ao tempo de subscrição para a Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, será regulada por Portaria...”*.

Por conseguinte, o Hospital de São Teotónio, E.P.E. assumia a responsabilidade pela quota-parte da pensão garantida pelo Estatuto da Função Pública correspondente ao tempo de serviço em que houve descontos para a Caixa da Previdência dos Empregados da Assistência, a qual é deduzida pela parte correspondente à pensão paga pelo Centro Nacional de Pensões.

A metodologia de cálculo para a determinação do montante acumulado da provisão para coberturas dos referidos encargos com pensões foi, para os empregados no ativo, o método *“Unit Credit”* projetado, com as unidades diferidas, para a data de reforma,

assumidas como crescentes e reversíveis. E, para as responsabilidades a advir com invalidez e sobrevivência imediata, intrínsecas aos ativos, o método do “valor atual” dos prémios de risco até à data esperada de aposentação e calculada a responsabilidade por serviços passados na base do “Unit Credit” projetado.

A metodologia de cálculo utilizada para os atuais aposentados e atuais pensionistas de sobrevivência foram respetivamente, os prémios únicos de rendas vitalícias, imediatas, crescentes e reversíveis para os primeiros e para os últimos, os prémios únicos de rendas imediatas e crescentes. No caso dos órfãos, as rendas estão limitadas aos 25 anos de idade.

Acresce, contudo, que a Lei n.º 55-A/2011 (Lei do Orçamento de estado para 2011) no seu artigo 159.º determinou que “As responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, são suportadas pelas verbas da alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS.”. Mais determinou que “cessa a aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto”.

O impacto nas Demonstrações Financeiras do Centro Hospitalar da referida Lei é divulgado na Nota 8.2.31 das N.B.D.R.

#### **e) Imposto sobre o rendimento do exercício**

A estimativa de I.R.C. atende à matéria colocável não isenta, às tributações autónomas, conforme o preconizado no artigo 88.º do C.I.R.C. em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011, e à derrama municipal e estadual, ambas determinadas em função do lucro tributável.

No exercício de 2011 foi apurado lucro tributável de 2.990.943,62€ e uma matéria coletável de igual valor.

O I.R.C. apurado foi de 624.094,56€ com um valor a pagar de 613.498,52€ por efeito da dedução das retenções na fonte em sede de I.R.C.

#### **f) Descontos comerciais obtidos em *rappel***

Os descontos comerciais obtidos em *rappel* resultaram integralmente do volume de compras de medicamentos efetuado no decurso do exercício de 2011.

Os medicamentos adquiridos que proporcionaram ganhos comerciais foram objeto de consumo no exercício de 2011, pelo que o critério utilizado na contabilização do *rappel* obtido, foi o de afetar a conta 616 *Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, matérias de consumo*.

Para as notas de crédito relativas às compras de 2011 e emitidas em 2012 o registo foi o de debitar a conta 2729 *Outros custos diferidos* por contrapartida do crédito das subcontas 318 *Descontos e abatimentos em compras*, seguido do débito das mesmas por contrapartida do crédito das subcontas 616 *Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, matérias de consumo*.

Para as notas de crédito relativas às compras de 2011 e emitidas em 2011 o registo foi equivalente ao realizado para as notas de crédito emitidas em 2012, tendo sido, contudo, utilizada a conta 221 *Fornecedores conta corrente* em lugar da conta 2729.

### Nota 8.2.6

*“Comentário às contas 431 – Despesas de instalações e 432 – Despesas de investigação e de desenvolvimento.”*

O valor de imobilizações incorpóreas de 388.697,02€ apresentado nas Demonstrações Financeiras em despesas de instalações, engloba 159.600,00€ que resultou do imposto de selo liquidado aquando do registo comercial do Hospital de São Teotónio, S.A., e engloba também, 229.097,02€ relativo as despesas de instalação relativas a projetos de investimento da Unidade de Tondela.

À data de 31 de Dezembro de 2011 o valor líquido da conta 431 *Despesas de instalação* foi de 67.465,34€.

### Nota 8.2.7

*“Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e das respetivas amortizações e provisões.”*

Os movimentos ocorridos nas rubricas de amortizações e provisões constantes do balanço a 31 de Dezembro de 2011, são apresentados no 8.2.7 *Amortizações e provisões* do P.O.C.M.S.

## 8.2.7 - AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

31-Dez-2011

CONTAS		SALDO INICIAL	REFORÇOS	REGULARIZAÇ.	SALDO FINAL
Código	Designação				
	<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>				
4851	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4852	Edifícios .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4853	Outras construções e infra-estruturas .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4855	Bens do património histórico. artist e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859	Outros bens de domínio público .....	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
4831	Despesas de instalação .....	300.934,54	20.297,14	0,00	321.231,68
4832	Despesas de investigação e desenvolvimento .	0,00	0,00	0,00	0,00
4833	Propriedade Industrial .....	0,00	0,00	0,00	0,00
		300.934,54	20.297,14	0,00	321.231,68
	<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
4821	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4822	Edifícios e outras construções .....	7.917.104,61	520.266,86	0,00	8.437.371,47
4823	Equipamento básico .....	28.323.981,55	1.346.759,46	1.709.786,19	27.960.954,82
4824	Equipamento de transporte .....	79.106,12	13.150,98	0,00	92.257,10
4825	Ferramentas e utensílios .....	54.172,72	721,26	23,93	54.870,05
4826	Equipamento administrativo e informática .....	8.757.310,62	686.827,43	102.212,42	9.341.925,63
4827	Taras e vasilhame .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4829	Outras imobilizações corpóreas .....	0,00	0,00	0,00	0,00
		45.131.675,62	2.567.725,99	1.812.022,54	45.887.379,07
	<b>DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS:</b>				
4811	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4812	Edifícios e outras construções .....	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
491	Partes de capital .....	0,00	0,00	0,00	0,00
492	Obrigações e títulos de participação .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>495</b>	<b>OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:</b>				
4951	Depósitos em instituições financeiras .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4952	Títulos da dívida pública .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4953	Outros títulos .....	0,00	0,00	0,00	0,00
4954	Fundos .....	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL GERAL: .....</b>	<b>45.432.610,16</b>	<b>2.588.023,13</b>	<b>1.812.022,54</b>	<b>46.208.610,75</b>

O Responsável

O Conselho de Administração

## Nota 8.2.8

***“Descrição do ativo imobilizado. Os edifícios e outras construções e viaturas deverão ser desagregados elemento a elemento ...”***

Os valores de imobilizações corpóreas brutas de 3.075.143,11€ e 44.727.131,39€ apresentados nas Demonstrações Financeiras, relativos, respetivamente, a terrenos e recursos naturais, e a edifícios e outras construções resultam dos seguintes ativos:

**Quadro 22 - Descrição dos terrenos, edifícios e outras construções**

Designação	Valor (€)
<b>Terrenos</b>	
Pereiro Viseu	2.068.834,11
Alho Abraveses	1.006.309,00
<b>Total de terrenos</b>	<b>3.075.143,11</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	
Hospital de São Teotónio	37.540.973,61
Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental	3.245.353,41
Hospital de Cândido de Figueiredo (benfeitorias)	3.940.804,37
<b>Total de edifícios e outras construções</b>	<b>44.727.131,39</b>
<b>Total de terrenos e edifícios e outras construções</b>	<b>47.802.274,50</b>

Os bens incluídos em terrenos e edifícios relativos à Unidade de Viseu foram valorizados e considerados ativos do Hospital por ordem da Direcção-Geral do Tesouro, apesar de a esta última entidade pertencer a titularidade jurídica no registo predial.

Os bens relativos à Unidade de Tondela correspondem a benfeitorias realizadas no edifício cuja propriedade é da Santa Casa da Misericórdia de Tondela.

Não foram adquiridos bens em estado de uso.

As imobilizações corpóreas brutas correspondentes a viaturas resultam dos seguintes ativos:

**Quadro 23 - Descrição de viaturas**

Designação	Valor (€)
<b>Ligeiros passageiros</b>	
Renault 19 49-57-FX	4.987,98
Volkswagen Passat 44-12-HT	5.486,78
Chrysler Voyager 2.5 CRD LX 36-17-XQ	42.700,00
Opel Combo Tour 1.3 CDTI 88-GO-50	17.150,00
Renault Kangoo 1.5 DCi 85-HG-05	17.879,89
Renault Kangoo 1.5 DCi 09-HH-11	17.879,89
<b>Ligeiras mistas</b>	
Citroen C25D 57-34-GT	3.990,38
Opel Combo Tour 1.3 CDTI 38-CH-01	17.000,00
Opel Combo Tour 1.3 CDTI 72-CH-88	17.000,00
Opel Combo Cargo 1.7 CDTI 43-IE-87	12.850,00
<b>Outras</b>	
Tricarro Famel 1-VIS-88-20; Trator Ford; Porta paletes (2)	1.372,80
Empilhador Manitou Manilec ES414	6.050,00
<b>Total de viaturas</b>	<b>164.347,72</b>

## Nota 8.2.16

*“Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.”*

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. não detém participações no capital de outras entidades, todavia, usufrui de quatro votos na assembleia-geral do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (S.U.C.H.) com sede no Parque de Saúde de Lisboa, Av. do Brasil, n.º 53, 1749 – 003 Lisboa, conforme resulta do ponto 6 do artigo 14.º dos seus Estatutos.

Em 2011 o S.U.C.H. apresentou capitais próprios de 10.656.996,42€ e um resultado líquido do exercício de -355.395,32€.

### Nota 8.2.17

*“Relativamente aos elementos incluídos nas contas Títulos negociáveis e Outras aplicações de tesouraria indicação, quando aplicável, da natureza, das entidades, valores nominais e valores de balanço”*

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. apresentou, em 31 de Dezembro de 2011, na conta 18 *Outras aplicações de tesouraria* movimentos integralmente relativos a unidades de participação em fundos de investimento mobiliários, em particular a unidades de participação do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do Serviço Nacional de Saúde (F.A.S.P.S.N.S.).

A subscrição das unidades de participação, foi efetuada por parte do Hospital de São Teotónio, E.P.E., em 19 de Dezembro de 2008, nos termos da Portaria n.º 1369-A/2008 de 27 de Novembro, tendo sido subscritas 50 unidades de participação num total de 5.000.000,00€.

Em 19 de Junho de 2009 o Hospital de São Teotónio, E.P.E. procedeu ao resgate de 15 unidades de participação num total de 1.500.000,00€ e em 1 de Outubro de 2010 efetivou-se o resgate de 24 unidades de participação num total de 2.400.000,00€.

Em 19 de Dezembro de 2011 foi efetuado pelo Centro Hospitalar o resgate das 11 unidades de participação remanescentes, num total de 1.100.000,00€.

À data do balanço o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. não detém quaisquer unidades de participação.

As unidades de participação do F.A.S.P. foram remuneradas ao trimestre à taxa utilizada para os C.E.D.I.C. com maturidade de três meses, para a mesma data e montante de subscrição.

O valor nominal de cada unidade de participação foi de 100.000,00€.

### Nota 8.2.23

*“Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.”*

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa expresso no balanço, em 31 de Dezembro de 2011, ascendeu a 9.832.435,35€ e é apresentado no mapa 7.8 *Decomposição das dívidas de clientes, utentes e instituições do Estado* do P.O.C.M.S.

## 7.8 - DECOMPOSIÇÃO DAS DIVÍDAS DOS CLIENTES, UTENTES E INSTITUIÇÕES DO ESTADO

31-Dez-2011

CONTAS		SALDO INICIAL	EMITIDO	EMITIDO ANOS	COBRADO	COBRADO ANOS	INCOBRÁVEIS	POR COBRAR
Código	Designação		PRÓPRIO ANO	ANTERIORES	PRÓPRIO ANO	ANTERIORES	CORREC./ANUL.	
	<b>CLIENTES :</b>							
	<b>SUBSISTEMAS:</b>							
211/8 11	A.D.S.E. ....	5.004.827,76	0,00	0,00	0,00	4.014.144,16	0,00	990.683,60
211/8 12	Forças armadas ....	595.155,92	0,00	0,00	0,00	25.057,68	0,00	570.098,24
211/8 13	Forças militarizadas ....	1.323.726,83	0,00	0,00	0,00	35.286,16	0,00	1.288.440,67
211/8 14	S.A.M.S. ....	2.041.185,66	269.054,64	28.163,22	0,00	328.569,02	268.617,04	1.741.217,46
211/8 15	I.O.S CTT - A.C.S. Port. Telecom ..	17.810,05	0,00	0,00	0,00	253,93	0,00	17.556,12
211/8 16	Serviços sociais ....	319.884,80	49.842,35	18.012,09	0,00	245.960,41	314.52,44	110.326,39
211/8 19	Outros subsistemas ....	3.344,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.344,94
	Total dos subsistemas:	9.305.935,96	318.896,99	46.175,31	0,00	4.649.271,36	300.069,48	4.721.667,42
211/8 3	Companhias de seguros ....	4.073.636,71	2.285.312,65	186.809,06	310.258,30	504.441,63	1.874.003,22	3.857.055,27
211/8 9	Outros clientes ....	1.880.337,32	177.768,95	25.382,47	52.671,02	33.389,64	105.492,84	1.891.935,24
	Total de clientes c/c:	15.259.909,99	2.781.978,59	258.366,84	362.929,32	5.187.102,63	2.279.565,54	10.470.657,93
213+2183	Utentes c/c .....	988.154,74	1.140.716,70	0,00	872.990,98	0,00	458.074,73	797.805,73
	<b>INSTITUIÇÕES DO ESTADO:</b>							
	<b>INSTITUIÇÕES MINIST. SAÚDE.....</b>							
21511	ACSS, IP .....	16.502.742,25	75.276.874,67	89,59	70.309.911,67	1.659.381,11	988.201,09	18.822.212,64
21512	Instituições do SPA/SNS .....	241.983,80	632.368,94	48.385,23	0,00	13.800,00	528.230,08	380.707,89
21513	Instituições do SEE .....	50.574,07	25.318,77	0,00	0,00	19.404,90	23.800,74	32.687,20
21514	ARS, IP .....	10.876.080,81	708.067,23	83.464,79	371.663,35	73.396,29	77.887,00	11.144.666,19
21519	Outras instituições do M.Saúde ....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das instituições do M.Saúde:	27.671.380,93	76.642.629,61	131.939,61	70.681.575,02	1.765.982,30	1.618.118,91	30.380.273,92
	<b>INSTITUIÇÕES REG. AUTÓNOM.....</b>							
21521	Região Autónoma dos Açores .....	7.186,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.186,15
21522	Região Autónoma da Madeira .....	30.022,04	587,50	0,00	0,00	0,00	0,00	30.609,54
2159	Outras Instituições do Estado .....	93.222,29	49.433,81	4.559,39	13.659,00	19.722,25	4.933,53	108.900,71
	Total clientes, utentes Inst. Estado:	44.049.876,14	80.615.346,21	394.865,84	71.931.154,32	6.972.807,18	4.360.692,71	41.795.433,98

## 7.8 - DECOMPOSIÇÃO DAS DIVÍDAS DOS CLIENTES, UTENTES E INSTITUIÇÕES DO ESTADO 31-Dez-2011

## RESUMO DA CONTA 21

SUBSISTEMAS:		INICIAL	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
A.D.S.E. ....	21111	5.004.827,76	0,00	4.014.144,16	990.683,60
Forças armadas ....	21112	595.155,92	0,00	25.057,68	570.098,24
Forças militarizadas ....	21113	1.323.726,83	0,00	35.286,16	1.288.440,67
S.A.M.S. ....	21114	523.546,23	317.965,00	329.389,52	512.121,71
IOS CTT - ACS Portugal Telecom ....	21115	17.810,05	0,00	7.085,71	10.724,34
Serviços sociais ....	21116	315.902,17	49.505,86	256.589,56	108.818,47
Outros subsistemas ....	21119	3.344,94	0,00	0,00	3.344,94
Sub total .....		7.784.313,90	367.470,86	4.667.552,79	3.484.231,97
Companhias de seguros ....	2113	650.079,91	2.877.552,07	1.141.429,20	2.386.202,78
Outros clientes ....	2119	605.239,28	281.395,74	166.410,68	720.224,34
<b>Total da 211 .....</b>		<b>9.039.633,09</b>	<b>3.526.418,67</b>	<b>5.975.392,67</b>	<b>6.590.659,09</b>
Utentes c/c .....	213	386.014,56	1.140.716,70	1.259.271,04	267.460,22
Instituições do Ministério da Saúde .....	2151	27.671.380,93	75.698.322,02	72.989.429,03	30.380.273,92
Instituições Regiões Autónomas .....	2152	37.208,19	587,50	0,00	37.795,69
Outras instituições do Estado .....	2159	93.222,29	49.583,75	33.905,33	108.900,71
<b>TOTAL GERAL: .....</b>		<b>37.227.459,06</b>	<b>80.415.628,64</b>	<b>80.257.998,07</b>	<b>37.385.089,63</b>

SUBSISTEMAS:		INICIAL	DEBITO	CREDITO	SALDO
A.D.S.E. ....	218111	0,00	0,00	0,00	0,00
Forças armadas ....	218112	0,00	0,00	0,00	0,00
Forças militarizadas ....	218113	0,00	0,00	0,00	0,00
S.A.M.S. ....	218114	1.517.639,43	0,00	288.543,68	1.229.095,75
IOS CTT-ACS Port. Telecom ....	218115	0,00	6.831,78	0,00	6.831,78
Serviços sociais ....	218116	3.982,63	0,00	2.474,71	1.507,92
Outros subsistemas ....	218119	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub total .....		1.521.622,06	6.831,78	291.018,39	1.237.435,45
Companhias de seguros ....	21813	3.423.556,80	2.396,82	1.955.101,13	1.470.852,49
Outros clientes ....	21819	1.275.098,04	3.849,54	107.236,68	1.171.710,90
<b>Total da 2181 .....</b>		<b>6.220.276,90</b>	<b>13.078,14</b>	<b>2.353.356,20</b>	<b>3.879.998,84</b>
Utentes c/c .....	2183	602.140,18	0,00	71.794,67	530.345,51
Outros clientes ....	2189	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL: .....</b>		<b>6.822.417,08</b>	<b>13.078,14</b>	<b>2.425.150,87</b>	<b>4.410.344,35</b>

### Nota 8.2.24

#### *“Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal das instituições do M.S.”*

O valor que corresponde a direitos adquiridos com férias a liquidar durante o ano de 2012 foi de 3.069.568,28€.

O valor que corresponde a direitos adquiridos com subsídio de férias a liquidar durante o ano de 2012 foi de 326.764,45€.

As remunerações adicionais referentes a trabalho extraordinário e noites e suplementos, a liquidar em 2012 e referentes a trabalho prestado em 2011, ascenderam a 1.407.063,47€.

As remunerações adicionais referentes a suplementos associados ao S.I.G.I.C., a liquidar em 2012 e referentes a trabalho prestado em 2011, ascenderam a 183.331,24€.

### Nota 8.2.26

#### *“Discriminação das dívidas incluídas na conta Estado e outros entes públicos em situação de mora.”*

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. não apresenta dívidas em situação de mora na conta 24 Estado e outros entes públicos.

### Nota 8.2.29

#### *“Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os avales prestados...”*

A garantia bancária prestada em 21 de Maio de 2009 pelo Hospital de São Teotónio, E.P.E. a favor de Beiragás Companhia de Gás das Beiras, S.A. no valor de 72.143,00€, contratada com o Banco Santander Totta, S.A, devida nos termos do contrato de fornecimento de gás natural n.º 2009.01.IN.000026R, mantêm-se em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011.

A garantia bancária prestada em 4 de Novembro de 2011 pelo Hospital de São Teotónio, E.P.E. a favor da Direcção-Geral dos Impostos – Direcção de Finanças de Viseu – Serviço de Finanças de Viseu no valor de 1.397.591,69€, contratada com Banco Santander Totta, S.A, quantia que foi fixada para garantir, nos termos do Código do Processo Tributário, o pagamento que possa vir a ser exigido nos processos de execução fiscal n.ºs 2720201101069217, 2720201101069276, 2720201101070550 e 2720201101070851, que correm termos na referida Direcção de Finanças, mantêm-se em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011.

### Nota 8.2.31

#### *“Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos no exercício ...”*

Os movimentos ocorridos nas contas de provisões acumuladas, constantes do balanço a 31 de Dezembro de 2011 são apresentados no mapa 8.2.31 *Provisões acumuladas* do P.O.C.M.S.

O saldo final de provisões para cobrança duvidosa de 9.215.684,23€ é constituído por: i) 3.350.264,93€ provenientes da mora de dívidas de prestações de serviços, provisões as quais diminuíram 2.722.887,43€; ii) 37.164,22€ com origem em dívidas reclamadas judicialmente, provisões as quais aumentaram 7.627,51€; iii) 345.009,71€ resultantes da mora de dívidas de taxas moderadoras, provisões as quais diminuíram 112.432,08€; iv) 49.236,64€ provenientes da mora de outras dívidas de terceiros, provisões as quais diminuíram 16.215,41€ e; v) 5.422.091,00€ constituídos em 2009 e mantido em 2010 e 2011, provenientes da mora de dívidas de prestações de serviços, no âmbito do contrato programa de 2005, por ausência de perspectiva de cobrança do crédito sobre a A.C.S.S.

O saldo final de provisões para riscos e encargos de 18.101.843,12€ é constituído por 17.944.000,72€ para encargos com pensões e 157.842,40€ para processos judiciais em curso, tendo este valor sido mantido no decurso do exercício.



U.M.:

**8.2.31 - PROVISÕES ACUMULADAS**31-Dez-2011

CÓDIGOS DAS CONTAS	M O V I M E N T O S	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUCAO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobrança duvidosa ...	12.047.673,91	25.756,16	2.857.745,84	9.215.684,23
292	Provisões para riscos e encargos .....	18.805.086,88	691.744,59	1.394.988,35	18.101.843,12
39	Provisões p/depreciação existências .	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões p/investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

O Responsável

O Conselho de Administração



### *Benefícios de reforma (encargos com pensões)*

A análise atuarial das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma e sobrevivência foi realizada pela empresa especializada Atuariado – Estudos atuariais, económicos e financeiros, Lda.

A provisão para encargos com pensões constitui um passivo cujo reconhecimento contabilístico obedeceu ao estabelecido na Diretriz Contabilística n.º 19 – Benefícios de reforma e representa um plano de benefícios definidos, sem fundo constituído, em que o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. se obriga a proporcionar benefícios de reforma aos empregados no ativo e aos reformados que procederam a descontos para Caixa da Previdência dos Empregados da Assistência.

**Quadro 24 - População abrangida pelo plano de benefícios de reforma**

Designação	Número	Idade média (em anos)	Salários e pensões anuais (valores de 2007)	Salários e pensões mensais médios
Ativos	172	53,8	3.748.541	1.557
Aposentados	165	67,3	1.090.143	472
Sobrevivência				
Viuvez	25	72,3	85.439	244
Órfãos	2	17,5	3.186	114
<b>Total da população</b>	<b>364</b>		<b>4.927.309</b>	

O plano de benefícios de reforma não tem fundo constituído.

O passivo do Centro Hospitalar relativo ao valor atual da obrigação dos benefícios de reforma definidos, à data do balanço, foi de 17.944.000,72€, encontrando-se reconhecido na conta 2921 *Provisões para riscos e encargos, pensões*.

O ativo do Hospital relativo ao valor atual das responsabilidades com serviços passados dos empregados no ativo, à data do balanço, foi de 2.396.765,87€ e corresponde ao saldo da conta de custos diferidos 2725 *Custos de benefícios de reforma a amortizar*.

### *Lei n.º 55-A/2011 (Lei do Orçamento de estado para 2011)*

A Lei n.º 55-A/2011 (Lei do Orçamento de estado para 2011), determinou no seu artigo 159.º que “As responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, são suportadas pelas verbas da alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS.”. Mais determinou que “cessa a aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto”.

Consequentemente o impacto nas Demonstrações Financeiras do Centro Hospitalar da referida Lei foi o seguinte:

Não foram considerados custos com pensões os englobados neste âmbito.

No decurso de 2011 não foram amortizados quaisquer valores na conta de custos diferidos 2725 *Custos de benefícios de reforma a amortizar* e cuja contrapartida seria o débito da conta 643 *Pensões*, cuja política de amortização seria a do método dos anos de serviço<sup>11</sup>.

Não foi considerado o custo corrente do exercício de 2011 com os empregados no ativo, o qual seria registado a débito na conta 643 *Pensões* por contrapartida do aumento da provisão com pensões.

Não foi considerado o custo com os juros<sup>12</sup> decorrentes do valor das responsabilidades com serviços passados (RSP), o qual seria registado a débito na conta 643 *Pensões* por contrapartida do aumento da provisão com pensões.

Pelos pagamentos de 703.243,76€ em 2011 das pensões e benefícios de reforma, neste âmbito, foi reduzida a provisão com pensões por igual montante.

Deste modo, o efeito líquido nas Demonstrações Financeiras em 2011 foi o de diminuição de 703.243,76€ do passivo por redução de saldo das provisões com pensões.

Os pressupostos atuariais de financiamento das responsabilidades do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. foram os seguintes:

#### Quadro 25 - Pressupostos do cálculo atuarial

Designação	
<b>Datas</b>	
Avaliação das responsabilidades	2007/12/31
<b>Tábuas</b>	
Mortalidade	TV 89/90
Invalidez	EKV 80
<b>Taxas</b>	
Crescimento salarial	2,5%
Desconto da segurança social	2%
Rendimento do “fundo” dos ativos (taxa de juro)	4,5%
Crescimento das pensões	2%
Técnica das pensões (taxa de juro)	4,5%
Reversibilidade das pensões	60%
<b>Outros</b>	
Número de pagamentos anuais da pensão	14
Percentagem de casados à data da reforma <sup>13</sup>	79%
Diferença de idades em anos (homem mais velho) <sup>14</sup>	3
Idade normal de reforma	15

<sup>11</sup> Método que consiste numa amortização anual sistemática em função da diferença entre a idade normal de reforma e a idade da população de ativos.

<sup>12</sup> Os juros correspondem ao valor implícito do rendimento dos valores das responsabilidades vencidas (a obter pela aplicação da taxa de juro (técnica das pensões) ao valor total das RSP no início do período).

<sup>13</sup> Assumida como válida a percentagem de casados dos aposentados a 31 de Dezembro de 2007.

<sup>14</sup> Assumido que a data de nascimento dos cônjuges dos activos, aposentados e pensionistas por viuvez difere da idade do cônjuge em 3 anos.

<sup>15</sup> A idade normal de reforma é a indicada no anexo III da Lei n.º 60/2005 para os funcionários em geral e no anexo VI do Decreto-lei n.º 229/2005 para os enfermeiros.

O passivo do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. relativo às responsabilidades futuras com pensões é o seguinte:

**Quadro 26 – Decomposição do passivo relativo a provisões com pensões**

Designação	Valor (€)
<b>Passivo</b>	
<b>Responsabilidades com benefícios de reforma dos aposentados e pensionistas</b>	
RSP a 31 de Dezembro de 2007	<b>16.416.221,00</b>
Custo dos juros das RSP em 2008	738.729,96
Benefícios pagos em 2008 (-)	1.287.450,46
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>15.867.500,50</b>
Custo dos juros das RSP em 2009	714.037,56
Benefícios pagos em 2009 (-)	1.405.276,39
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>15.176.261,67</b>
Custo dos juros das RSP em 2010	682.931,76
Benefícios pagos em 2010 (-)	1.398.969,46
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>14.460.223,97</b>
Custo dos juros das RSP em 2011 (até 31 de Março)	163.780,59
Benefícios pagos em 2011 (-) (até 31 de Março)	179.955,94
<b>Total das responsabilidades a 31 de Março de 2011</b>	<b>14.444.048,62</b>
Custo dos juros das RSP em 2011 (de 31 de Março até 31 de Dezembro)	0,00
Benefícios pagos em 2011 (-) (de 31 de Março até 31 de Dezembro)	703.243,76
<b>Total das responsabilidades com benefícios de reforma dos aposentados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>13.740.804,86</b>
<b>Responsabilidades com benefícios de reforma dos ativos</b>	
RSP a 31 de Dezembro de 2007	<b>3.401.861,00</b>
Custo dos juros das RSP em 2008	153.084,00
Custo corrente do ano de 2008	81.066,00
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>3.636.011,00</b>
Custo dos juros das RSP em 2009	163.620,48
Custo corrente do ano de 2009	81.066,00
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>3.880.697,48</b>
Custo dos juros das RSP em 2010	174.631,44
Custo corrente do ano de 2010	81.066,00
<b>Total das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>4.136.394,92</b>
Custo dos juros das RSP em 2011 (até 31 de Março)	46.534,44
Custo corrente do ano de 2011 (até 31 de Março)	20.266,50
<b>Total das responsabilidades a 31 de Março de 2011</b>	<b>4.203.195,86</b>
Custo dos juros das RSP em 2011 (de 31 de Março até 31 de Dezembro)	0,00
Custo corrente do ano de 2011 (de 31 de Março até 31 de Dezembro)	0,00
<b>Total das responsabilidades com benefícios de reforma dos ativos a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>4.203.195,86</b>
<b>Total do Passivo com provisões para pensões</b>	<b>17.944.000,72</b>

### Nota 8.2.32

**“Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício, em cada uma das contas da classe 5 – Fundo patrimonial, constantes do balanço”**

A variação líquida no fundo patrimonial em 2010 foi de 2.290.201,68€, resultado das variações positivas de 6.191.529,69€ e negativas de 3.901.328,01€.

Os movimentos que concorreram para o aumento do fundo patrimonial em 6.191.529,69€ foram designadamente: i) doações em numerário e equipamento, respetivamente, no valor de 41.352,03€ e 38.544,32€; ii) movimentos de transferência dos saldos credores relativo ao Hospital de São Teotónio, E.P.E. e Hospital Cândido de Figueiredo, respetivamente, de 1.966.840,15€ e 1.417.343,38 da conta 5921 *Resultados transitados do exercício anterior* para a conta 591 *Resultados transitados de exercícios anteriores*; iii) movimento de transferência do saldo credor relativo ao Hospital de São Teotónio, E.P.E. de 47.846,50€ da conta 88 *Resultado líquido do exercício* para a conta 5921 *Resultados transitados do exercício anterior*; iv) movimento de transferência do saldo devedor relativo ao Hospital Cândido de Figueiredo de 469.297,98€ da conta 88 *Resultado líquido do exercício* para a conta 5921 *Resultados transitados do exercício anterior* e; v) resultado líquido do exercício de 2011 de 2.210.305,33€.

Os movimentos que concorreram para a diminuição do fundo patrimonial em 3.901.328,01€ foram os referidos movimentos de transferência entre as contas 5921 e 591 e entre as contas 88 e 5921.

Os movimentos supracitados encontram-se apresentados no quadro seguinte:

**Quadro 27 - Movimentos ocorridos no fundo patrimonial**

Designação	Saldo inicial	Reduções	Aumentos	Saldo final
<b>Património</b>	<b>40.592.124,70</b>		<b>-692.124,70</b>	<b>39.900.000,00</b>
<b>Reservas</b>				
Reservas legais	266.261,07			266.261,07
Reservas livres	2.722.221,48		692.124,70	3.414.346,18
Subsídios	2.501.206,35			2.501.206,35
Doações				
De numerário	566.021,07		41.352,03	607.373,10
De equipamento	22.615.929,85		38.544,32	22.654.474,17
Transferência de ativos	39.582.513,24			39.582.513,24
<b>Total de reservas</b>	<b>68.254.153,06</b>	<b>0</b>	<b>772.021,05</b>	<b>69.026.174,11</b>
<b>Resultados transitados</b>				
De exercícios anteriores	-58.165.458,67		3.384.183,53	-54.781.275,14
Do exercício anterior	8.553.472,82	3.853.481,51	47.846,50	4.747.837,81
<b>Total dos resultados transitados</b>	<b>-49.611.985,85</b>	<b>3.853.481,51</b>	<b>3.432.030,03</b>	<b>-50.033.437,33</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-421.451,48</b>	<b>47.846,50</b>	<b>2.679.603,31</b>	<b>2.210.305,33</b>
<b>Total do fundo patrimonial</b>	<b>58.812.840,43</b>	<b>3.901.328,01</b>	<b>6.191.529,69</b>	<b>61.103.042,11</b>

Relativamente ao capital estatutário divulgamos a operação de correção no valor de 692.124,70€, por crédito da conta 574 *Reservas livres* e crédito (com sinal negativo) da conta 51 *Património* (valor relativo ao capital estatutário do Hospital Cândido de Figueiredo), dado o

capital estatutário do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. correspondeu ao exato valor do capital estatutário do Hospital de São Teotónio, E.P.E. (39.900.00,00€) e não à soma aritmética dos capitais estatutários dos dois Hospitais.

### **Nota 8.2.33**

#### ***“Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”***

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas foi de 20.860.011,17€. A respetiva demonstração é apresentada no mapa 8.2.33 *Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* do P.O.C.M.S.

O valor de compras foi de 20.156.658,02€. O referido valor resultou dos registos de 21.242.225,65€ relativos às compras brutas, deduzido dos valores de devoluções de compras e de descontos e abatimentos em compras, respetivamente, de 198.712,79€ e 886.851,84€. O valor de descontos e abatimentos em compras reporta-se aos ganhos comerciais obtidos via *rappel* subsequentes a negociações efetuadas.

O registo contabilístico do *rappel* foi efetuado conforme o exposto na nota 8.2.3, tendo promovido a redução dos custos com consumos de medicamentos em 886.851,84€.

As regularizações de existências realizadas no exercício de 2011 foram de 28.866,89€ e resultaram, designadamente de 31.938,55€ de sobras e -3.071,66€ de quebras.

O saldo final de existências do exercício de 2011, o qual engloba as existências nos armazéns, farmácia, serviços clínicos e laboratório, foi de 3.331.650,30€ o que correspondeu a uma redução de 16,8% do saldo inicial de existências.



U.M.:

**8.2.33 - DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS****E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**31-Dez-2011

CÓDIGOS DAS CONTAS	MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
36	Existências iniciais .....	0,00	4.006.136,56
312+316	Compras .....	0,00	20.156.658,02
793+693	Regularização de existências ...	0,00	28.866,89
36	Existências finais .....	0,00	3.331.650,30
61	Custos no exercício .....	<b>0,00</b>	<b>20.860.011,17</b>

O Responsável

O Conselho de Administração



**Nota 8.2.35*****“Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, registados na conta 71 – Vendas e prestações de serviços por atividades e por mercados...”***

As prestações de serviços realizadas em 2011 foram de 77.867.840,00€.

A repartição do valor líquido das prestações de serviços constantes na demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2011 é apresentada no quadro seguinte.

**Quadro 28 - Repartição da conta 71 Vendas e prestações de serviços**

Designação	2011 (Abril a Dezembro)	Varição (€)
<b>Vendas</b>		
Mercadorias	0,00	0,0
<b>Total de vendas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
Internamento	38.552.618,37	
Consultas	17.174.875,20	
Urgência	13.881.220,56	
Cirurgia de ambulatório	3.326.756,33	
Hospital de dia e G.D.H. médicos de ambulatório	2.081.680,97	
M.C.D.T.	1.120.696,48	
Taxas moderadoras	687.917,28	
Serviço domiciliário	175.229,00	
Programas verticais	774.589,92	
Outras prestações de serviços	92.255,89	
<b>Total de prestações de serviços</b>	<b>0</b>	<b>77.867.840</b>
<b>Total de vendas e prestações de serviços</b>	<b>0</b>	<b>77.867.840</b>

As prestações de serviços foram realizadas no mercado interno.

**Nota 8.2.37*****“Demonstração dos resultados financeiros”***

Os resultados financeiros do exercício de 2011 foram de 420.018,24€.

A demonstração dos resultados financeiros é apresentada no mapa 8.2.37 do P.O.C.M.S.



## 8.2.37 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

31-Dez-2011

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
Código	Designação	N	N -1	Código	Designação	N	N -1
681	Juros suportados .....	0,00		781	Juros obtidos .....	52.213,59	
683	Amortizações investimentos em imóveis .	0,00		783	Rendimentos de imóveis .....	0,00	
684	Provisões p/aplicações financeiros .....	0,00		785	Diferença câmbio favoráveis.....	0,00	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	0,00		786	Descontos p/pagamento obtidos .....	391.998,56	
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00		787	Outros custos e perdas financeiras .....	0,00	
688	Outros custos e perdas financeiras .....	24.193,91		788	Outros proveitos e ganhos financeiros .....	0,00	
	<b>Resultados financeiros (+/-) .....</b>	420.018,24					
		<b>444.212,15</b>				<b>444.212,15</b>	

O Responsável

O Conselho de Administração



**Nota 8.2.38*****“Demonstração dos resultados extraordinários”***

Os resultados extraordinários do exercício de 2010 foram de 3.221.453,98€.

A demonstração dos resultados extraordinários é apresentada no mapa 8.2.38 do P.O.C.M.S.

## 8.2.38 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

31-Dez-2011

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
Código	Designação	N	N -1	Código	Designação	N	N -1
691	Transferências de capital concedidas .....	0,00		792	Recuperação de dívidas .....	0,00	
692	Dívidas incobráveis .....	25.777,14		793	Ganhos em existências .....	31.938,55	
693	Perdas em existências .....	3.071,66		794	Ganhos em imobilizações .....	1.419,65	
694	Perdas em imobilizações .....	146.460,88		795	Benefícios e penalidades contratuais .....	0,00	
695	Multas e penalidades .....	125,00		796	Reduções de amortizações provisões .....	2.857.745,84	
696	Aumentos amortizações e provisões .....	6.210,92		797	Correcções relativas a exercicios anteriores	3.344.912,26	
697	Correcções relativas a exercicios anteriores	3.663.967,82		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários .	1.163.524,30	
698	Outros custos e perdas extraordinários .....	332.473,20					
	<b>Resultados extraordinários (+/-) .....</b>	<b>+3.221.453,98</b>					
		<b>7.399.540,60</b>				<b>7.399.540,60</b>	

O Responsável

O Conselho de Administração

## Nota 8.2.39

*Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.*

### Acréscimos e diferimentos

À data do balanço a conta 27 *Acréscimos e diferimentos* apresentava os saldos seguintes:

#### Acréscimo de proveitos (Ativo)

Quadro 29 - Desdobramento da conta 271 *Acréscimo de proveitos*

Designação	Valor (€)
<b>Acréscimo de proveitos</b>	
<b>A.C.S.S.</b>	
<b>Contrato Programa de 2011 (Abril a Dezembro)</b>	
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	862.090,06
Internos	685.693,96
Incentivos institucionais	1.586.128,58
Total de contrato programa de 2011 (Abril a Dezembro)	<b>3.133.912,6</b>
<b>Contrato Programa de 2011 (Janeiro a Março)</b>	
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	410.306,71
Internos	228.564,61
Incentivos institucionais	405.188,21
Total de contrato programa de 2011 (Janeiro a Março)	<b>1.044.059,53</b>
<b>Contrato Programa de 2010</b>	
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	1.429.036,11
Internos	674.488,36
Incentivos institucionais	1.928.327,63
Total de contrato programa de 2010	<b>4.031.852,10</b>
<b>Contrato Programa de 2009</b>	
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório (acrescidos em 2009)	985.398,40
Internos (acrescidos em 2009)	615.770,74
Incentivos institucionais (acrescidos em 2009)	1.829.748,96
Total de contrato programa de 2009	<b>3.430.918,10</b>
<b>Total A.C.S.S.</b>	<b>11.640.742,33</b>
<b>Instituições do S.E.E:</b>	
Prestações de serviços	59.252,47
<b>Total S.E.E.</b>	<b>59.252,47</b>
<b>A.R.S., I.P.</b>	
Prestações de serviços	630.648,84
<b>Total A.R.S., I.P.</b>	<b>630.648,84</b>
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	
Prestações de serviços	1.166,25
<b>Total da Região Autónoma da Madeira</b>	<b>1.166,25</b>
<b>Outras entidades</b>	
Prestações de serviços	675.878,47
<b>Total outras entidades</b>	<b>675.878,47</b>
<b>Total de acréscimo de proveitos</b>	<b>13.007.688,36</b>

**Custos diferidos (Ativo)****Quadro 30 - Desdobramento da conta 272 Custos diferidos**

Designação	Valor (€)
<b>Custos diferidos</b>	
<b>Custos de benefícios de reforma a amortizar</b>	
Responsabilidades com serviços passados (Ativos) <sup>16</sup>	
Velhice	2.013.933,48
Invalidez	314.766,25
Sobrevivência mediata	68.066,14
<b>Total de custos de benefícios de reforma a amortizar</b>	<b>2.396.765,87</b>
<b>Outros custos diferidos</b>	
Descontos e abatimentos em compras (Rappel)	61.610,49
<b>Total de outros custos diferidos</b>	<b>61.610,49</b>
<b>Total de custos diferidos</b>	<b>2.458.376,36</b>

**Acréscimos de custos (Passivo)****Quadro 31 - Desdobramento da conta 273 Acréscimo de custos**

Designação	Valor (€)
<b>Acréscimo de custos</b>	
<b>Seguros a liquidar</b>	
<b>Remunerações a liquidar</b>	
Férias (Órgão Diretivos)	20.342,07
Férias	3.049.226,21
Subsídio de férias	326.764,45
Horas extraordinárias	945.205,43
Noites e suplementos	461.858,04
Encargos sobre remunerações	684.771,93
S.I.G.I.C.	183.331,24
Seguros de acidentes de trabalho	8.344,65
<b>Total de remunerações a liquidar</b>	<b>5.679.844,02</b>
<b>Outros acréscimos de custos</b>	
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	119.448,16
Transportes	51.108,41
Assistência médica no estrangeiro	4.613,64
Fornecimentos e serviços	110.864,62
Fornecimentos e serviços externos (acrescidos em exercícios anteriores)	227.269,34
<b>Total de outros acréscimos de custos</b>	<b>513.304,17</b>
<b>Total de acréscimos de custos</b>	<b>6.193.148,19</b>

<sup>16</sup> Vide nota 8.2.31 das N.B.D.R.

**Proveitos diferidos (Passivo)****Quadro 32 - Desdobramento da conta 274 Proveitos diferidos**

Designação	Valor (€)
<b>Proveitos diferidos</b>	
<b>Subsídios para investimento</b>	968.520,44
<b>Outros proveitos diferidos</b>	
Exploração privada de instalações	23.579,54
<b>Total de proveitos diferidos</b>	<b>992.099,98</b>

## Contrato Programa 2005

O balanço a 31 de Dezembro de 2011 incorpora na conta 2185 *Clientes e utentes de cobrança duvidosa*, A.C.S.S. o valor de 5.422.091 € relativo ao Contrato Programa de 2005. O reconhecimento do crédito como de cobrança duvidosa foi efetuado em 2009 conforme exposto na nota 8.2.3. das N.B.D.R. do Relatório e Contas de 2009.

O valor de 5.422.091,00 € resultou do quantitativo de produção de episódios cirúrgicos programados, produzidos pelo Hospital, os quais não foram repercutidos na faturação à A.C.S.S., tendo a sua taxa de execução, em função dos episódios faturados, sido de 35%.

O diferencial entre episódios faturados e contratados apresentado, foi consequência de **episódios de internamento cirúrgicos com intervenções programadas**, mas cujo registo da admissão foi efetuado pela urgência, os quais foram considerados, pela aplicação informática SONHO, para efeitos de faturação, como episódios de internamento cirúrgicos urgentes, tendo um número elevado destes episódios não sido objeto de faturação devido aos limites de produção do Contrato Programa para a referida linha de produção, acima dos quais não há lugar a remuneração.

**O processamento informático de faturação referido revelou-se desconforme com o estabelecido no Contrato Programa de 2005, designadamente no estabelecido nas observações ao anexo I (tabela de produção), as quais destringam taxativamente os episódios de internamento cirúrgicos programados dos episódios de internamento cirúrgicos urgentes.**

*“Episódios de internamento programados – GDH Cirúrgico: Todos os internamentos que gerarem um GDH Cirúrgico (lista em ANEXO VIII) durante o qual o doente seja submetido a uma cirurgia efetuada no bloco operatório com data de realização previamente marcada, excluindo as pequenas cirurgias.”*

*“Episódios de internamento urgentes – GDH Cirúrgico: Todos os internamentos classificados em GDH Cirúrgico (lista em ANEXO VIII) em que ocorra uma cirurgia considerada urgente efetuada no bloco operatório, excluindo as pequenas cirurgias.”*

Acresce que, o software SONHO é da A.C.S.S., pelo que os processos de computação da referida aplicação conducentes à emissão da faturação são da responsabilidade da A.C.S.S.

Deste modo a retificação desta situação traduzir-se-ia numa verba adicional de 5.422.091 €.

Em 23 de Fevereiro de 2007 foi apresentada à A.C.S.S. (I.G.I.F.) reclamação devidamente fundamentada, a qual foi indeferida em 13 de Abril de 2007. Porém, não obstante o indeferimento por parte da A.C.S.S., esta entidade não objetou a fundamentação apresentada pelo Hospital.

Em 9 de Maio de 2007 o Hospital remeteu ao Ex.mo Sr. Secretário de Estado da Saúde exposição sobre o diferendo com a A.C.S.S., para pronúncia sobre o mesmo, não tendo sido obtida resposta.

## Contrato-programa 2011

A política contabilística adotada relativa à produção no âmbito do contrato-programa foi a constante no Parecer da Comissão de Normalização Contabilística sobre o tratamento contabilístico dos adiantamentos efetuados pela A.C.S.S.

Deste modo, os serviços prestados no âmbito do contrato-programa, objeto de acréscimo na conta 271 *Acréscimo de proveitos* durante o exercício, são no final do mesmo, apesar de não faturados, transferidos para a conta 21511 *Cientes, A.C.S.S.* (débito da conta 21511 pelo crédito da conta 271), enquanto os adiantamentos por conta do contrato-programa contabilizados durante o exercício na conta 2195 *Adiantamentos de Instituições do Estado* são transferidos para a conta 21511 *Cientes, A.C.S.S.* (débito da conta 2195 pelo crédito da conta 21511).

Por conseguinte o saldo da conta de clientes 21511 reflete o montante a receber relativo ao contrato-programa. Simultaneamente o balanço do Hospital não é sobreavaliado por efeito de acréscimos de proveitos (ativo) e de adiantamento de clientes (passivo).

Esta política tem na base o princípio contabilístico da substância sobre a forma.

Os proveitos relativos ao contrato-programa de 2011 foram registados com base na informação constante na base de dados do SONHO. Aos respetivos dados eletrónicos obtidos foram considerados os critérios inerentes ao processo de computação da emissão da fatura à A.C.S.S.

## S.I.G.I.C.

A diferença entre os custos com suplementos de remunerações de S.I.G.I.C. (1.551.468,19€) e os proveitos estimados associados à produção adicional (195.647,00€) é justificado pela necessidade de dinamizar a atividade cirúrgica de ambulatório incentivando os profissionais dos serviços.

Acresce, também, que parte dos custos com suplementos de remunerações de S.I.G.I.C. têm origem em episódios cirúrgicos que para efeitos de faturação se enquadram na Portaria n.º 132/2009 de 30 de Janeiro do Ministério da Saúde, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 839-A/2009 de 31 de Julho do Ministério da Saúde, e não no contrato-programa, dado se tratar de intervenções realizadas a beneficiários de subsistemas de saúde privados.

## Passivo contingente

O passivo contingente a 31 de Dezembro de 2011 ascendeu a 4.224.610,34€ dos quais 120.500,00€ são relativos a processos em que o Centro Hospitalar litiga na qualidade de demandado em ações judiciais emergentes de alegada assistência médica deficiente.

A responsabilidade civil do Centro Hospitalar no âmbito de tais processos é em princípio de natureza solidária.

A contingência dos valores referidos é justificada pelas informações dos causídicos do Centro Hospitalar, nas quais foram consideradas as probabilidades de ocorrência dos factos procedentes.

### Quadro 33- Passivo contingente

Autor	Processo	Valor	Âmbito do processo
António Augusto dos Santos Paulo	947/04.5 BEVIS	15.000,00	Ação administrativa
Paula Gomes da Costa Viana	956/04.4 BEVIS	14.963,95	Ação administrativa
António Duarte Figueiredo	1381/05.5 VEBIS	15.000,00	Ação administrativa
Manuel Chaves	1157/09 TAFVIS	90.000,00	Negligência médica
Teobaldo António Simões	800/06 TAFVIS	62.457,76	Ação administrativa
Manuel Sousa Esteves	87/07 TAFVIS	25.000,00	Negligência médica
José Silva Vitorino	3112/08.9 TAVIS	3.379.313,89	Cessação de contrato
Fernanda Maria Almeida	4444/03.8 TBVIS	191.357,29	Ação administrativa
Emanuela Lopez Lourenço	521/10.7 BEVIS	5.500,00	Negligência médica
	423/10.7 BEVIS	426.017,45	Impugnação judicial de liquidação adicional de IRC
		<b>4.224.610,34</b>	

## Outras divulgações

Em 31 de Dezembro de 2011 os créditos <sup>17</sup> do Centro Hospitalar, E.P.E. reconhecidos em contas de terceiros sobre a A.C.S.S., I.P., decorrentes dos contratos programa, ascenderam a 30.629.756,22€, dos quais 18.822.212,64€ se encontravam na conta de clientes 21511 A.C.S.S., I.P. e 11.640.742,33€ na conta de acréscimo de proveitos 271911 A.C.S.S., I.P.

**Quadro 34- Valores a receber dos Contratos Programa em 31 de Dezembro de 2011**

Contratos Programa	Proveitos reconhecidos	Adiantamentos recebidos por conta e acertos	A receber
<b>Contrato Programa 2009</b>			
Produção base, marginal e adicional (21511)	90.506.296,19	85.589.196,48	4.917.099,71
Internos (271911)	615.770,74		615.770,74
Medicamentos (271911)	985.398,40		985.398,40
Incentivos (271911)	1.829.748,96		1.829.748,96
<b>Total a receber do contrato Programa 2009</b>			<b>8.348.017,81</b>
<b>Contrato Programa 2010</b>			
Produção base, marginal e adicional (21511)	97.713.328,53	91.857.674,37	5.855.654,16
Internos (271911)	674.488,36		674.488,36
Medicamentos (271911)	1.429.036,11		1.429.036,11
Incentivos (271911)	1.928.327,63		1.928.327,63
<b>Total a receber do contrato Programa 2010</b>			<b>9.887.506,26</b>
<b>Contrato Programa 2011 (Janeiro a Março)</b>			
Produção base, marginal e adicional (21511)	26.250.838,23	22.235.042,91	4.015.795,32
Internos (271911)	228.564,61		228.564,61
Medicamentos (271911)	410.306,71		410.306,71
Incentivos (271911)	405.188,21		405.188,21
<b>Total a receber do contrato Programa 2011</b>			<b>5.059.854,85</b>
<b>Contrato Programa 2011 (Abril a Dezembro)</b>			
Produção base, marginal e adicional (21511)	70.554.367,00	66.705.128,73	3.849.238,27
Internos (271911)	685.693,96		685.693,96
Medicamentos (271911)	862.090,06		862.090,06
Incentivos (271911)	1.586.128,58		1.586.128,58
Produção base, marginal e adicional (21511)	3.640.778,90	3.289.552,47	351.226,43
<b>Total a receber do contrato Programa 2011</b>			<b>7.334.377,3</b>
<b>Total a receber de Contratos Programa em 31 de Dezembro de 2011</b>			<b>30.629.756,22</b>

Divulgamos que o saldo da conta 21511 ACSS se encontra afetado em menos 304.743,20€ devido ao movimento contabilístico relativo à cobrança da fatura n.º 2011132 se ter realizado incorretamente pela conta 21511, em vez da conta 26812 *Devedores por atribuição de subsídios ao investimento*.

<sup>17</sup> Não inclui o crédito reconhecido de cobrança duvidosa relativo ao Contrato Programa de 2005



***Viseu, 31 de Agosto de 2012***